

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

DINAH REBECA DANTAS SILVA

SEGREGAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E SUA FACE RACIAL EM
FLORIANÓPOLIS (SC)

Florianópolis, 2023

DINAH REBECA DANTAS SILVA

SEGREGAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E SUA FACE RACIAL EM FLORIANÓPOLIS (SC)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Orientador: Prof. Dr. Francisco Canella

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Canella

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membros:

Prof. Dr. Lino Fernando Bragança Peres

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^a. Dra. Renata Rogowski Pozzo

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Florianópolis, 2023.

AGRADECIMENTOS

Pela possibilidade da concretização do trabalho há muito o que se agradecer. Por ter sido iniciado em período de pandemia, os apoios foram sentidos ainda mais profundamente e merecem ser reconhecidos. Em primeiro lugar agradeço ao PPGPLAN pela oportunidade de realizar esta pesquisa, assim como por todo aprendizado que tive durante as aulas, palestras, convivências, discussões e reuniões que presenciei. Estendo meus agradecimentos à UDESC, que possibilitou minha permanência no programa por disponibilizar bons espaços para desenvolver os estudos e por meio da bolsa PROMOP, a qual estive vinculada até junho de 2022.

Pelo acolhimento durante a fase inicial da pesquisa e posteriormente, muito devo ao NEAB da UDESC, pela disposição, pela inclusão e por terem se tornado uma comunidade a qual senti o pertencimento e amizade em pessoas que entendiam a mim como pessoa e entendiam a proposta do trabalho que estive realizando e que me auxiliaram em busca de materiais. Aqui agradeço principalmente a Maria Helena Tomaz, coordenadora do núcleo, que abriu as portas do NEAB e foi extremamente importante no entendimento de uma nova realidade em que estava me inserindo.

Aos professores da UDESC, UFSC, UFPE, UFRJ e USP dos quais tive oportunidade de fazer disciplinas junto e que me ajudaram com ideias, materiais e opiniões, agradeço profundamente, principalmente à Lino Peres e Douglas Ladik, que aceitaram estar presente na banca de qualificação, e assim foram essenciais no enriquecimento e direcionamento da pesquisa. Agradeço também a professora Renata Pozzo, que pude acompanhar em alguns momentos de palestras e bancas e aceitou estar compondo a banca de defesa da pesquisa aqui trazida. Ao meu orientador Francisco Canella agradeço pelo tempo e empenho prestados para auxiliar em meu crescimento e agradeço às oportunidades que tive por meio de sua pessoa, de conhecer diversas pessoas que engrandeceram durante o período para a concretização da dissertação.

Com isso, reservo parte da minha gratidão também aos membros do grupo da pesquisa Mulheres e Luta por Moradia. Nele pude conhecer mais do dia-a-dia de ocupações no município de Florianópolis, principalmente na Marielle Franco, de onde pude ouvir e debater sobre entrevistas feitas pelas membras e participar de discussões teóricas. No grupo se iniciou a ideia da aplicação de um questionário, o qual foi essencial para se concluir o trabalho aqui trazido, e por isso também agradeço.

Às pessoas que disponibilizaram tempo de alguns sábados durante meses para aplicar os questionários há muito o que agradecer. Apesar de o questionário não ser exclusivo para a dissertação em questão, é importante destacar o quanto sem ele sua cara seria completamente diferente. Em uma parceria com PET Geografia da UDESC, na época coordenada pela professora Vera Dias, foi possível a aplicação em toda a área da ocupação, assim como a realização de discussões posteriores sobre os resultados e vivências durante a coleta dos dados e posteriormente em sua tabulação. Agradeço também ao CartoLab, que possibilitou o uso de um drone para a captura de fotografia aérea do local, o que auxiliou-nos, principalmente na organização para a aplicação e dos dados. Minha gratidão também ao professor Mauro Augusto dos Santos, da Univale que, por organização do LABGEF, ministrou o curso de introdução a análise de dados quantitativos a partir do programa SPSS, fundamental para o entendimento e tabulação dos dados, e posterior análise deles.

Por fim, e mais importante, agradeço aos moradores da Ocupação Marielle Franco que disponibilizaram diversos minutos de seu dia para responder os questionários e entrevistas pelos pesquisadores e abriram suas portas em um acolhimento que fez bastante diferença quando estávamos durante horas em aplicação. De forma centralizada, agradeço a comissão dos moradores, que possibilitou o contato direto com os moradores e nos contou tanto sobre as dinâmicas do local. Sem eles com certeza não seria possível a realização de um trabalho de tal magnitude.

“Eles têm apenas olhos e ouvidos, nós enxergamos com a pele.”
(Zora Neale Hurston)

RESUMO

Os centros urbanos têm sido vitrines de modernidade e desenvolvimento em escala global, agindo como ímãs para pessoas em busca de oportunidades. Cravadas em suas estruturas de progresso está a face que intencionalmente não se mostra, a da desigualdade, composta às custas dos ciclos privilegiados, os apontados como “os outros” nas esferas sociais, de classe, raça e gênero. Tal desigualdade, estabelecida como base das sociedades ocidentais, produz como consequência tipos de segregação, dentre elas a segregação espacial, que por sua vez é responsável pelo crescimento de áreas de subúrbios, guetos e favelas, presentes na maioria das grandes cidades do mundo, por pessoas que não são permitidas em áreas centrais e com maior infraestrutura, devido aos altos preços nelas cobradas. Locais descartados por elite e classe média acabam por ser habitados pela população menos favorecida, áreas muitas vezes caracterizadas como de risco ambiental, a exemplo de morros, encostas e áreas alagáveis. Sendo estatisticamente quem habita em áreas periféricas em maioria pessoas racializadas, principalmente as categorizadas pelo IBGE como pretas e pardas a pesquisa em questão, focada na caracterização racial de habitantes de áreas de risco, se baseou em três objetivos, o de levantar o histórico de habitação de pessoas negras no município de Florianópolis, capital de Santa Catarina; identificar a espacialização de áreas de risco de deslizamento, risco mais expressivo da cidade, ambientais por meio de mapa, interpolados com informação espacial de localização de pessoas negras; por fim, objetiva-se fazer um estudo de caso para analisar por meio de dados quantitativos, desenvolvido por meio de questionários, o contexto da capital a partir de conceito de injustiça ou racismo ambiental, qualificando-os como um ou outro.

Palavras chave: Segregação socioespacial; Vulnerabilidade habitacional; Racismo ambiental; Justiça ambiental; Risco ambiental.

ABSTRACT

Urban centers have been showcases of modernity and development on a global scale, acting as magnets for people in search of opportunities. Embedded in its structures of progress are the face that intentionally does not show itself, that of inequality, compounded at the expense of those outside the privileged cycles, those appointed as “the others” in the social, class, race and gender spheres. Such inequality, established as the basis of western societies, produces types of segregation as a consequence, among them spatial segregation, which in turn is responsible for the growth of suburban areas, ghettos and favelas, present in most of the world's large cities, shaped by people who are not allowed in central areas and those with better infrastructure, due to the high prices charged there. Places discarded by the elite and middle class end up being inhabited by the less favored population, areas often characterized as being at environmental hazard, such as hills, slopes and floodplains. Statistically, those who live in peripheral areas are mostly racialized people, mainly categorized by the IBGE as black and brown. The research in question, focused on the racial characterization of inhabitants of hazardous areas, was based on three objectives, one of raising the housing history of black people in the municipality of Florianópolis, capital of Santa Catarina; Observe the spatialization of areas with landsliding potential, the most expressive risk of the city, through a map, interpolated with spatial information of location of black people living spaces; Finally, the objective to carry out a case study to analyze, through quantitative data, developed through surveys, the context of the capital from the concept of environmental injustice or racism, qualifying them as one or another.

Keywords: Socio-spatial segregation; Housing vulnerability; Environmental racism; environmental justice; Environmental Risk.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização e altimetria da Ocupação Marielle Franco (SC)

Figura 2 - Mapa representando áreas com maior presença negra por setores censitários em Florianópolis (SC).

Figura 3 - Grau de Suscetibilidade à Movimento de Massa em Florianópolis (SC)

Figura 4 - Mapa Relacionando Presença de População Preta por Setores Censitários com o Grau de Suscetibilidade à Movimento de Massa.

Figura 5 - Fotografia aérea da Ocupação Marielle Franco.

Figura 6 - Casas construídas e em construção na Marielle Franco.

Figura 7 - Equipamentos de Saúde mais Utilizados por Moradores na Ocupação Marielle Franco.

Figura 8 - Perfil topográfico aproximado da Marielle Franco.

Figura 9 - Casas na Área da Ocupação Marielle Franco.

Figura 10 - Evolução da estrutura habitacional na Ocupação Marielle Franco em 2017, 2019, 2020 e 2023.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos habitantes.

Gráfico 2 - Adultos por faixa de idade residentes da Ocupação Marielle Franco.

Gráfico 3 - Percentual de perfil de raça ou cor na Marielle Franco.

Gráfico 4 - Percentual de Origem dos Moradores da Marielle Franco por Estado.

Gráfico 5 -Equipamentos de Saúde mais Utilizados por Moradores na Ocupação Marielle Franco.

Gráfico 6 - Percentual de habitantes da Ocupação Marielle Franco que participam de atividade associativa ou recreativa.

Gráfico 7 - Percentual de Religiões Praticadas por Moradores.

Gráfico 8 - Relação de Níveis de Escolaridade dos Moradores.

Gráfico 9 - Percentual de Ocupações Mencionadas pelos Moradores.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Setores censitários com número de pretos acima de 200.

Quadro 2 - Quadro 2 - Métricas populacionais da Marielle Franco.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

PPGPLAN - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

PROMOP - Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação

NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

PET - Programa de Educação Tutorial

CartoLab - Laboratório de Cartografia e Aerofotogramétrica

LABGEF - Laboratório de Relações de Gênero e Família

SPSS - Statistical Package for the Social Science (Pacote Estatístico para Ciências Sociais)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PCB - Bifenil-policlorado

Laburb - Laboratório de Urbanismo

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

PRF - Prefeitura do Município de Florianópolis

UPA- Unidade de Pronto Atendimento

PT - Partido dos Trabalhadores

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Questionário de Pesquisa Sócio Demográfica das Ocupações da Grande Florianópolis.

APÊNDICE 2 - Mapa com a Maior Presença Preta por Setores Censitários em Florianópolis (SC).

APÊNDICE 3 - Mapa com a Maior Presença Preta por Setores Censitários em Florianópolis (SC).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A SEGREGAÇÃO ESPACIAL, RACIAL E HABITAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO	17
2.1 Segregação Socioespacial e Habitacional	17
2.2 Racismo e Injustiça Ambiental	21
2.3 Riscos Habitacionais, Vulnerabilidade e Resiliência	24
3 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO ESPACIAL DE PESSOAS NEGRAS EM FLORIANÓPOLIS	26
3.1 Primeiros Séculos de Ocupação Européia: A inserção imposta	26
3.2 Perfil Ocupacional Negro Durante a Época Escravista	29
3.3 Gentrificação Urbana e Ocupação Consequente no Maciço Central	30
3.4 Expressões Culturais e Representação Espacial	31
3.5 Fluxos Migratórios Recente e suas Modificações do Espaço	34
3.6 Espacialização da População Negra em Florianópolis	35
4 OBSERVAÇÕES PRÁTICAS SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM FLORIANÓPOLIS: O CASO DA OCUPAÇÃO MARIELLE	39
4.1 Dados Demográficos	40
4.2 Vulnerabilidade Social e Acesso à Infraestrutura	48
4.3 Indicadores Socioeconômicos	51
4.3 A Ocupação Marielle Franco num Contexto de Pandemia de Covid-19	55
5 ANÁLISE DE RACISMO AMBIENTAL NA OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO	57
5.1 Análise de Perfil Social, Econômico e Ambiental	57
5.4 Grau de Institucionalização do Conflito	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade latino-americana, com raízes coloniais que deram origem ao sistema capitalista em que vivemos, se faz necessário sempre refletirmos sobre como a desigualdade e a segregação são justificadas visando uma possibilidade de desenvolvimento de uma cidade estruturada pela desigualdade de classe, servindo como parte da estratégia de dominação. Diversas são as formas de segregação, as quais sustentam o privilégio das classes dominantes, demonstrando como estes são intrínsecos às estruturas sociais, principalmente no caso de segregação institucional e segregação espacial.

Em uma visão atual e capitalista vemos o espaço sendo produzido com base na lógica de consumo. Tal observação se identifica mais claramente em ações privadas no território, principalmente a partir da diferenciação de preços de imóveis a partir de diversas qualidades do imóvel ou do terreno e tendências, assim como a partir da frequente especulação imobiliária e o controle do mercado. Com base na lógica do consumo, a qual pode ser identificada mais claramente em ações privadas, é possível também identificarmos a influência do capital no desenvolvimento e planejamento público das cidades, assim como na implementação de políticas e ações públicas, que são mais frequentes e efetivas em vizinhanças mais habitada por pessoas de classes altas e as de maior interesse do mercado imobiliário.

É um fato a questão da segregação como sentido não somente de ações diretas contra certas categorias de pessoas e como falta de ação pública, mas também como remoção, a partir de gentrificação, de um centro – econômico, político, estratégico, etc –, causando uma marginalização, formação de periferias, habitações informais, que além de influir em práticas diárias, como o aumento do valor de serviços, distancia populações de oportunidades em centros urbanos. É importante mencionar que frequentemente a periferização é planejada, a partir da construção de conjuntos habitacionais em áreas afastadas oferecidas por um menor valor, se tornando uma, ou a melhor opção quando se compara com preços inflados de áreas valorizadas. Sobre a ligação entre infraestrutura pública e precificação de residências Lúcio Kowarick diz o seguinte:

Portanto, os investimentos públicos também sob este ângulo aparecem como fator determinante no preço final das moradias, constituindo-se num elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se

localizar no âmbito de uma configuração espacial que assume, em todas as metrópoles brasileiras, características nitidamente segregadoras. (KOWARICK, 1993, p. 61)

Alguns autores, como é o caso de Rúben Kaztman (2001) afirmam as ações de segregação como intencionais para o benefício de alguns grupos, onde o autor traz fatores de segregação laboral, educacional e residenciais como componentes para o isolamento social de grupos menos favorecidos, e o mesmo isolamento também como fator de fortalecimento das segregações, se relacionando diretamente como diz:

Así, el aumento de las disparidades en los ingresos y en las condiciones de trabajo que resulta del funcionamiento actual de la economía tendería a manifestarse en segmentaciones de los servicios y polarizaciones en la distribución de las clases en el espacio urbano, mientras que las formaciones subculturales que suelen acompañar la consolidación de la segregación residencial de los pobres reforzarían a su vez los procesos de diferenciación de ingresos y de segmentación de los servicios. (KAZTMAN, 2001, p.182)

A segregação espacial aqui trazida acaba por ser motivação de uma busca sem fim por áreas mais baratas e não valorizadas por uma elite ou classe média – vistas para o mercado imobiliário como potenciais bons clientes – o que frequentemente acarreta na ocupação em áreas de riscos de desastres ambientais, como áreas alagáveis e encostas íngremes. A habitação em tais locais por pessoas em vulnerabilidade socioeconômicas adiciona a elas o fardo da vulnerabilidade habitacional e ambiental, que as põe em perigos, muitas vezes não percebidos e os colocando como dependentes de ações governamentais, por, muitas vezes, não serem capazes de arcarem com recursos próprios com consequências climáticas de suas moradias.

Neste caso, além de ser essencial para a constituição de habitação informal em área de risco, os processos de segregação agem também como mantenedores da vulnerabilidade criando um processo (ACSELRAD, 2006), diminuindo a possibilidade de mobilidade social, e consecutivamente espacial, que estagna áreas de perigo para a vida. Outro fator influenciador aqui é também o de relatividade de percepção ao risco e do que seria um local que coloca em risco vidas, sendo assim, a partir de uma pobre visão de estar sendo colocado em risco torna-se maior a possibilidade de continuidade de um sofrimento, o tornando em um sofrimento tolerável.

Dentre as possibilidades de moradia *permitidas* para as pessoas com menos recursos está a de fazer a própria casa por meio de autoconstrução, porém, quando estes acontecem em áreas de risco acabam por se tornar mais um agravante, além de, como dito por Kowarick, por serem construídas por um material menos resistente acaba demandando reformas praticamente permanentes. A importância desse elemento se destaca em uma localidade que a técnica arquitetônica e materiais usados fazem uma grande diferença na deflagração do risco, onde, por exemplo, casas de madeira ou outros com baixa resistência têm uma grande desvantagem em comparação com outros materiais. É fato que quando se trata da autoconstrução se prioriza materiais acessíveis para as pessoas no momento, muitas vezes sendo realizadas em momentos vagos do trabalho, como em fins de semana, assim como tomando de base o conhecimento técnico conhecido. Tais questões aumentam a vulnerabilidade em caso de desastres ambientais e são socialmente percebidos e normalizados como características da paisagem de habitações empobrecidas.

Além do ponto de destaque em perceber que há uma maior presença de populações economicamente desfavorecidas em ambientes de risco, em outro ponto, quando se trata do estudo de distribuição espacial da população brasileira vemos um padrão quanto à característica racial. A partir de Rios-Neto (2007) é possível observar por meio de mapas como nas principais cidades do Brasil há uma óbvia maior localidade de populações negras em áreas de subúrbio, áreas caracterizadas pela ocupação empobrecida e informal. Em sociedades como a brasileira o fator econômico se vê agregado ao fator racial, e assim posto podemos refletir na presença de pessoas não-brancas, principalmente negras, em locais de risco, o que pode os colocar como vítimas mais frequentes de desastres, assim são também as que sofrem com maior intensidade como também sofrem mais pelas consequências dos eventos.

A pesquisa em questão tem o objetivo de expor histórica e espacialmente a habitação por segregação socioambiental e racial em Florianópolis, Santa Catarina, e analisá-la a partir dos conceitos de injustiça e racismo ambiental. Para desenvolver o objetivo geral descrito foram levantados os seguintes objetivos específicos: investigar traços de segregação racial na ocupação espacial em áreas de risco de Florianópolis a partir de histórico de habitação da população negra; Fazer um levantamento espacializado da população negra e observar sua presença em áreas de riscos de deslizamento de massa no município; Analisar na prática o tema a partir de estudo de caso na Ocupação Marielle Franco.

Nisso, o trabalho desenvolvido se justifica, pelo reforço da memória negra em Florianópolis, com o histórico de ocupação, e, a partir da análise de pesquisa de motivos para

habitação em área de risco, para a elaboração de planos de prevenção de ocorrências, ou estudos específicos para o desenvolvimento de ações nas comunidades.

Para sua elaboração da pesquisa foi desenvolvida uma reconstrução histórica da presença de pessoas negras em Florianópolis por meio de levantamento bibliográfico. Foram elaborados mapas e imagens para representações espaciais cartográficas das populações negras e representação das áreas de risco no município, onde a partir de planilha de dados disponibilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que relata a quantidade de população residente por cor ou raça por setor censitário (levantado em 2010), foi feita o georreferenciamento a partir do *software* de geoprocessamento *ArcGIS* versão 10.8. Para observação de áreas de risco e suas relações espaciais com características espaciais foi desenvolvido um mapa a partir de *shapefile* disponibilizado pela Prefeitura de Florianópolis pelo Geoportal, representando áreas com maiores suscetibilidades à movimento de massa.

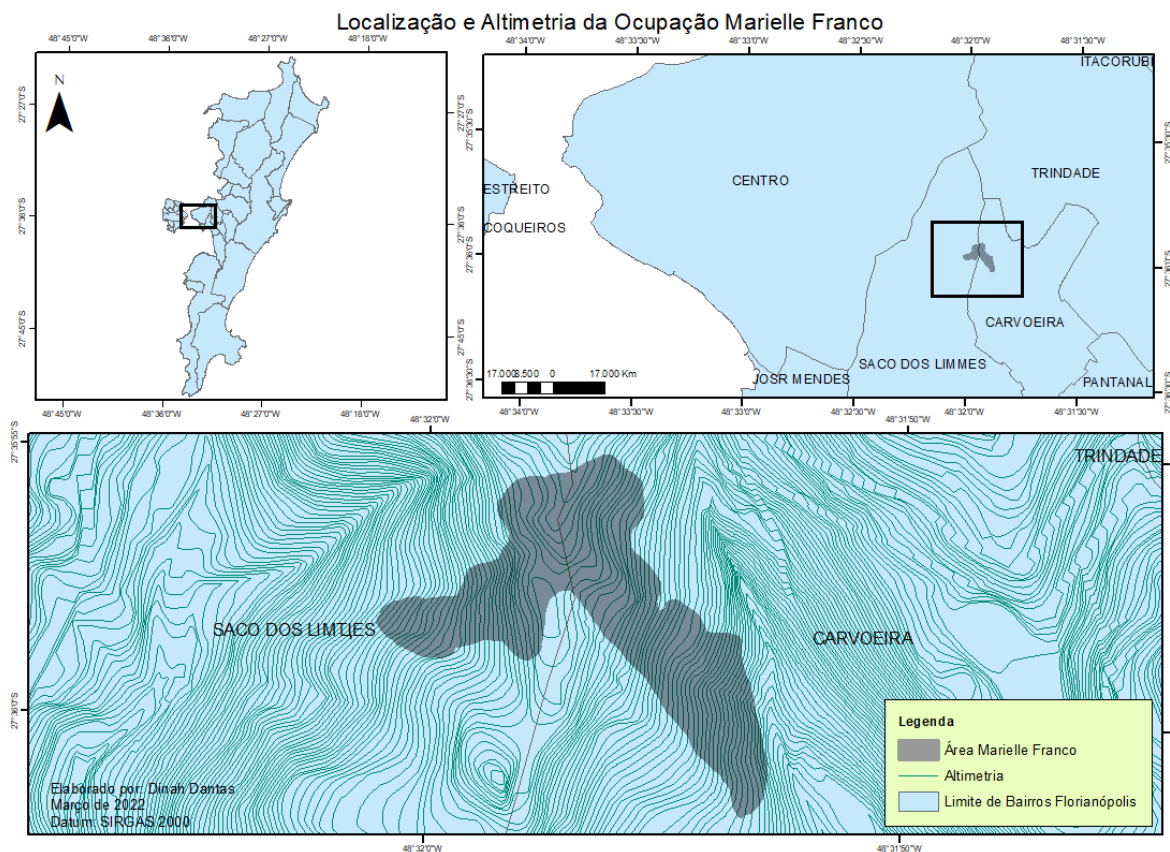
Como estudo de caso, foi escolhida a Ocupação Marielle Franco (Figura 2), localizada no maciço central de Florianópolis. Trata-se de uma ocupação urbana com cerca de duzentas habitações, com diversas casas localizadas em risco de escorregamento, por serem localizadas em áreas íngremes. O local foi escolhido pelo contato com as lideranças do local e por participação em projeto já em andamento na área anterior à pesquisa específica.

Nesse recorte se usará como base a metodologia de Barrenechea et. al (2000) se norteando em seus estudos sobre vulnerabilidade social com um levantamento de *dados demográficos*, características e índices populacionais, *dados sobre condições de vida*, analisando sobre acesso a infraestruturas e ambiental e de *fatores políticos, ideológicos e educacionais*, onde a coleta de dados foi feita com meio de um questionário (Apêndice 1) aplicada num recorte da ocupação em parceria com o PET geografia da UDESC no ano de 2022, com perguntas desenvolvidas para o levantamento de dados para a quantificação das unidades habitacionais, densidade populacional, perfil de raça e cor, índice de dependência potencial¹ e de dados sobre qualidade de vida e acesso à serviços a partir dos moradores. Por sua vez, os dados coletados foram organizados digitalmente em planilhas e em seguida analisados por meio da plataforma de *software* SPSS, biblioteca de algoritmos que possibilita o exame estatístico. Se faz pertinente mencionar que apesar de ter sido realizada a aplicação do questionário teve um atraso considerável, tendo em vista a pandemia de Covid-19 que teve

¹ O “índice de dependência potencial” estabelece uma proporção entre a quantidade de pessoas menores de 14 anos e acima de 65 anos (economicamente não-ativos) em contraponto com pessoas economicamente ativas de outras idades. Tal indicador coloca a dependência como um indicador de vulnerabilidade também em caso de ocorrências de eventos ambientais e é essencial para planos de emergência. (BARRENECHA ET. AL, 2000)

início no início de 2020, permanecendo mesmo enquanto estava sendo feita a sua aplicação, atrasando também etapa de organização e análise dos dados.

Figura 1 - Mapa de localização e altimetria da Ocupação Marielle Franco (SC).



Fonte: Autora (2022).

2 A SEGREGAÇÃO ESPACIAL, RACIAL E HABITAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO

A partir do objetivo central de expor a desigualdade racial no município de Florianópolis em sua apresentação socioambiental foram desenvolvidas algumas bases teóricas que delimitam e fundamentam a pesquisa aqui elaborada. Nisto, traz-se sobre **segregação socioespacial e habitacional, racismo e injustiça ambiental** e sobre **riscos, vulnerabilidade e resiliência**.

2.1 Segregação Socioespacial e Habitacional

A segregação é a base de diversas civilizações conhecidas por nós atualmente, porém, No contexto latino americano especificamente os processos e dinâmicas segregativas tiveram início após atuação colonizadora no continente. A segregação se expõe então como uma característica estruturante do sistema colonial, sendo ele eficaz e determinante para a se dignar o sucesso de dominação de um novo local, comentado por Agustín Láo-Montes como:

En este drama histórico la gran mayoría de los estados envueltos en la geo-política de la matriz de poder moderna/colonial han sido en algún momento estados imperiales o estados coloniales y todos están imbricados en las jerarquías de poder político y económico que establecen las divisiones de riqueza, poder y reconocimiento en el mundo. En este sentido, además de ser estados capitalistas, son estados raciales y estados patriarcales, en la medida que son ensamblajes institucionales que consagran y reproducen la dominación racial y patriarcal. (LÁO-MONTES, 2020, p. 6)

A conjuntura brasileira não é muito diferente do restante da América Latina. No Brasil a presença de europeus com objetivos colonizadores a partir do século XV se mostrou como o início de uma estrutura social amplamente baseada na segregação, principalmente na racialização, inferiorização de não-europeus e da escravização de pessoas racializadas, justificadas inicialmente com a desumanização das mesmas. Mesmo após o desuso do sistema colonial, suas influências permaneceram estruturantes da modernidade e do capitalismo através de ações e inações.

Um conjunto de ações pós-coloniais desenvolvidas nos moldes e influências coloniais que exemplifica a estruturação espacial do país é a *Belle Époque*, movimento do início do século XX inspirado na mobilização de mesmo nome da França com um grande apelo pelo

desenvolvimento estético. Tal tendência influenciou diversas capitais do país, como Rio de Janeiro, Manaus, Recife, Salvador e também Florianópolis, onde foram desenvolvidas estratégias de modernização, seguindo o exemplo europeu, com o incentivo de ocupação de centros urbanos, antes ocupados em sua maioria pela população menos provida, pela elite. Tal incentivo foi feito por intelectuais da época, membros da elite, os quais tiveram o apoio dos governantes em ações higienistas na limpeza dos centros de populações pobres e racializada como proposta de avanço. Em alguns lugares o deslocamento de populações de onde residiam foi antecipado de promessas de realocação, que, quando feitas, encaminharam populações para áreas distantes da cidade, em suas fronteiras ou em municípios adjacentes, nas periferias. Tal movimento foi responsável também pelo início da favelização nas cidades, onde pessoas que não desejavam se deslocar para longe do centro ocuparam locais não desejados pelas elites, como áreas de morro.

Com a crescente do capitalismo e da globalização a comercialização de terras passou a ser a principal influência para a modificação do espaço. As construtoras e imobiliárias passaram então a ter um poder considerável na estrutura das cidades, influenciando inclusive a alocação de serviços e providências públicas. A precificação do solo se desenvolveu como um empecilho de acesso para muitos trabalhadores à moradia digna, segura e com boa localização de maneira formal, sendo assim, desenvolveu-se o crescimento de informalidades de habitação (KOWARICK, 1993), modo que frequentemente contêm casas autoconstruídas em terrenos desocupados, seja eles contidos ou em proximidade de centros urbanos como mais periféricos.

O processo para valorização do espaço se mostra também como um movimento de melhorias sob pretexto de revitalização, como observado em Ana Fani Carlos (2007), tais ações remetem ao ato de “planejar espaços”, mudando suas dinâmicas, incentivando o uso do solo pela imposição do valor de troca, num processo de expulsão dos que não se mostram aptos a pagar por ele e retirando os que esteticamente não agrada, numa assepsia que troca o sujo (pobre) pelo limpo (rico). Porém, como vemos em Engels (2015) sempre que há esse movimento de retirada de um local ele reaparece em outro, pois “A mesma necessidade econômica que as produz num primeiro lugar, as produz em outro lugar.” (Apud Harvey, 2012, p. 82). Como apontado por Wagner Costa Ribeiro (2017) a população deslocada se vê compelida a ocupar locais que apresentam riscos para eles, tanto em relação à falta de segurança pública como à falta de segurança ambiental.

Em Raquel Rolnik (2015), por exemplo, temos a reflexão em relação à informalidade e ilegalidade na construção do espaço urbano. No trabalho em questão a autora reflete sobre a

questão da irregularidade habitacional a partir do processo de capitalização do espaço, afirmando que:

[...] altos padrões e parâmetros urbanísticos provocam a elevação dos preços da terra, o que dificulta – ou impossibilita – o acesso dos pobres à moradia e ao solo urbano. A consequência é, então, o crescimento de um mercado de terra fora dos padrões, tolerado pelas autoridades municipais, já que, nas cidades onde isso ocorre, não há alternativas de moradia ou de localização de baixo custo. (ROLNIK, 2015, p. 185)

Neste caso, a partir da maior precificação de terras com mais e melhores serviços, se mostra indesejada a presença de populações de menores recursos econômicos, porém, tal fato fortalece também a habitação em locais como subúrbios, favelas e ocupações urbanas, onde se busca uma alternativa de menor custo para a habitação urbana de maneira irregular. Tais habitações muitas vezes são “toleradas”, porém, por convenção dos que mantêm a regulação da cidade, há frequentemente embates conflituosos com o poder público. De outra forma são “Lugares que ficam à margem do pensamento e da prática de urbanização, portanto fora do desenho urbano e sem investimentos proporcionais à densidade de população.” como apontado por Henrique Cunha Junior (2019), que afirma que tais locais são majoritariamente habitados por pessoas negras, em ambiente culturalmente e socialmente aproximada, o qual chama de “bairros negros”.

Ainda a partir de Rolnik (2015), temos a observação de como frequentemente se refere à presença do poder público em áreas de habitação irregularizada como baixa ou inexistente para a implementação e manutenção de serviços, seja de saúde, educação ou outros tipos de infraestruturas, porém, a presença de tais atores se mostra frequente quando nos referimos a presença policial. Sendo assim, percebemos que as ações reguladoras e muitas vezes violentas estariam, nesse caso, tendo prioridade sobre ações de inclusão e de garantia de direitos.

2.2 Racismo e Injustiça Ambiental

Estabelecendo a sociedade brasileira como tendo suas bases em estruturas hierarquizadas a partir de posses, perceberemos agora um importante ponto que é estrutural na sociedade em questão, a racialização de povos e etnias. A partir de Anibal Quijano (2005) e Agustín Láo-Montes (2020) vemos como a tipificação de pessoas diferentes dos europeus a

partir da racialização foi fundamental para a estruturação das sociedades latino-americanas. Quijano chega a estruturar esse tipo de relação de opressão colono-colonizado na América-latina como baseada em duas esferas, racial e de classe, no qual Láo-Montes acrescenta o fator da dominação sexual e de gênero, sendo a estereotipação, generalização da racialização fundamental para o processo colonial, e sendo justificado a partir dela, como demonstra o trecho abaixo:

Una tercera manera de representar la colonialidad del poder es como tres ejes intersectados: el eje de explotación del trabajo por el capital, el eje de dominación étno-racial y cultural, y el eje de dominación sexual y de género. (LÁO-MONTES, 2020, p.05)

E sobre tais dominações na base estrutural de regimes acrescenta:

Esta madeja de relaciones, procesos y estructuras, lo representamos como el entrelaze de cuatro regímenes de dominación ---capitalismo, patriarcado, racismo e imperialismo, que componen la matriz principal de poder y saber que configura la modernidad/colonialidad. (LÁO-MONTES, 2020, p.05)

A racialização veio então sendo fundamental na estrutura na qual vivemos até hoje, o que demonstra fortemente expressões coloniais de relação de poder no mundo moderno com base na escravidão e no racismo. Sobre isso Silvio Almeida (2019), diz que o racismo se tornou estrutural a partir do momento em que coloca a escravidão como elementos constitutivos, tanto da modernidade, quando do capitalismo em si, como visto na seguinte passagem:

O racismo não é um resto da escravidão, até mesmo porque não há oposição entre modernidade/capitalismo e escravidão. A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro. A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro. (ALMEIDA, 2019, p. 183)

Outro ponto importante trazido pelo autor acima é sobre como no pós abolição a racialização e a discriminação a partir dela também tiveram suas modificações a partir de inserção de uma nova realidade no capitalismo, onde observa-se que “Em suma, para se

renovar, o capitalismo precisa muitas vezes renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença diante da igualdade racial sob o manto da democracia.” (ALMEIDA, 2019, p. 184).

A partir de tal ponto, observamos a falta ou má distribuição de oportunidade para pessoas que se encaixavam nas características racializadas, sendo propensas a serem vítimas de genocídios². Na atualidade expressões a partir de racismo ainda se traduz em discriminação violentas, a disposição de ações públicas de desenvolvimento pouco integrativas de pessoas racializadas, o que nos faz perceber um maior número de populações não-brancas habitando áreas consideradas mais pobres nos municípios, locais como em favelas e subúrbios, onde tais populações não são exclusivas, mas em censos recorrentes se mostram como a maioria nessas áreas, ou — em cidades de maioria percentual branca — tem distribuição populacional focada nessas áreas, mesmo que não sejam maioria nelas, como vemos nos estudos de Rios-Neto e Riani (2007), que demonstra através de mapas entre outros exemplos o caso de Curitiba, que mesmo tendo uma população consideravelmente menor de negros e indígenas que muitas capitais brasileiras, eles se encontram em maioria em áreas periféricas e mais desfavorecidas. Apesar do fato, a partir de uma pesquisa de Glaucia Nascimento (2021), vemos que a partir de dados do IBGE de 2017 a autora considera Curitiba como a cidade de maior porcentagem negra na região, tendo cerca de 24%, menos da metade da porcentagem brasileira de 54%, mas ainda considerável. Na mesma pesquisa a autora traz a relação da espacialização de pessoas negras com a espacialização de renda média por bairro do município, onde os locais mais habitados por pessoas negras condizem também com as áreas com as áreas de menor rendimento mensal.

Se constata então que além da maior presença de tais populações em áreas menos valorizadas e com menos recursos, há também a sua presença marcada em áreas de difícil acesso e consideradas de risco para quem nela habita, como em morros declivosos, áreas inundáveis e próximas de retenção de dejetos – tóxico ou não. Estudos relacionando moradias em áreas com algum risco e a questão racial se iniciaram no início dos anos 1980, quando houve um processo de instalação de resíduos sólidos tóxicos conhecidos como PCBs (bifenil-policlorado) próximo à uma *comunidade* negra no Condado de Warren (Carolina do Norte) nos Estados Unidos. A partir de protestos e indignação uma pesquisa foi

² A partir da Convenção das Nações Unidas sobre o Genocídio (UNCG, 1948), se define *genocídio* atos cometidos com a intenção de destruir total ou parcialmente um grupo nacional, étnico, racial e religioso (Matar membros; Causar danos físicos ou mentais em membros; Intervir nas condições de vida do grupo para produzir destruição física, parcial ou total; Impor medidas para evitar nascimento dentro do grupo; Transferir forçadamente crianças de um grupo para o outro.)

encomendada, e de seus resultados pôde constatar que três quartos dos aterros de resíduos tóxicos da região sudeste dos Estados Unidos estavam em comunidades negras, numa região em que tal população representava vinte por cento da população total (BULLARD, 1993). Tal estudo influenciou na percepção das realidades das populações negras e indígenas no restante do país, e também em outras nações, inspirando o desenvolvimento de diversas pesquisas também sobre áreas na América-latina (HERCULANO, 2006). Estudos do tipo se traduziram em um movimento organizado contra o *racismo ambiental*, conceito este usado para representar os conflitos, e inações quanto problemas ambientais com influências em características raciais. Retratando sobre o racismo ambiental como conceito Selene Herculano (2006) diz o seguinte:

[...] idéias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais. (HERCULANO, 2006, p.11)

Por sua vez, o conceito de *justiça ambiental* é anterior ao comentado anteriormente, também com sua origem dos Estados Unidos o termo começou a ser usado em 1978, em Love Canal (Niagara Falls, estado de Nova Iorque), quando uma comunidade branca de operários se mobilizou após a descoberta de suas moradias estarem localizadas acima de um aterro de resíduos tóxicos, iniciando uma luta por indenizações e tratamento médico que deu início ao Center for Health and Environmental Justice (Centro pela Saúde e por Justiça Ambiental). O termo então segue em uso, principalmente quando se inclui esferas tais como classe e gênero na problematização de risco de moradias. O movimento de justiça ambiental serviu como base para o de racismo ambiental, que por sua vez tem como foco a luta contra a discriminação racial, tendo em vista a maioria de tais pessoas em áreas de conflito ambiental e áreas de riscos,

2.3 Riscos Habitacionais, Vulnerabilidade e Resiliência

A partir de Lúcia Tominaga (2009) temos o *risco* como a possibilidade de influência danosa para a vida humana a partir de eventos naturais ou induzidos pelo ser humano. No caso, um risco ligado intrinsecamente com o ambiente vivido e quem o ocupa. Sendo assim,

os eventos ambientais podem representar risco apenas quando há a presença humana na área, que a partir disso pode ser efetivamente classificada como área de risco. Tominaga relaciona o *risco* com o *perigo* (possibilidade de desastre), a *vulnerabilidade*, e o *dano potencial* a partir da função $R = P \times V \times DP$, assim trazendo uma relação direta com a vulnerabilidade (ambiental, social e econômica) que atinge a população habitante, o perigo como a possibilidade de alguma ocorrência e a possibilidade de dano nas áreas (como falta de construção preventivas ou presença de edificações em materiais frágeis), quanto maior os fatores, maior o risco habitacional.

É importante o destaque de estudiosos como Virgínia García-Acosta (2005) e Francisco de Assis Mendonça (2011), que relata sobre a importância de se envolver o interesse social nos estudos de riscos naturais para que os mesmos não permaneçam apenas na dimensão física como eventos que ocorrem fora da percepção humana, pois, sendo o conceito diretamente interligado com a presença de pessoas, os autores demonstram ser relevante a análise sociológica dos locais para então serem desenvolvidas ações paliativas no ambiente físico.

Com os estudos sociais dos riscos e conflitos ambientais é importante ressaltar como há a possibilidade de ocorrência em vizinhança de qualquer tipo de classe econômica, porém, há muitas diferenças em como se afeta e nas possibilidades de prevenção e remediação a partir de desigualdade. Sobre o assunto, foi desenvolvido um artigo com algumas pessoas que estudam o risco ambiental socialmente, dentre eles Henri Acselrad e Carlos Vainer, de onde podemos citar o seguinte:

O entendimento da temática do meio ambiente à luz da noção de desigualdade rompe com o senso comum que responsabiliza igualmente a todos os seres humanos pelos danos ambientais, o que pressuporia o caráter “democrático” da distribuição dos efeitos destes males. Segundo tal discurso, fortemente presente na grande mídia, mas também identificável em parte da literatura acadêmica, os danos ambientais incidiriam de forma igual sobre todos os grupos sociais, considerados parte de “um mesmo planeta”. A noção de desigualdade ambiental, ao contrário, procura evidenciar que o “planeta” não é compartilhado de forma igual entre todos e que para se construir um mundo efetivamente “comum” seria preciso que as iniquidades fossem devidamente enfrentadas. (ACSELRAD et al, 2012)

Mais recentemente muitos autores relacionam áreas de risco com o fator de *resiliência*. Pesquisadores como Claudia Siebert (2012) e Fátima Furtado (2015), trazem o

conceito de *resiliência* como um objetivo de construção e manutenção da habilidade de se adaptar e se recuperar de eventos como desastres ambientais. Ambas autoras trazem também a importância da relação do conceito de *resiliência* com a de *vulnerabilidade* –socioeconômica, de infraestrutura física local e do meio ambiente–, onde onde a primeira deve ser atingida depois de observação e remediação para sanar a segunda e a partir de planos, desenvolvendo em seguida o que Furtado (2015) chama de capacidade e medidas adaptativas, destacando que em ambientes caracterizados como vulneráveis, há um enfraquecimento da capacidade adaptativa da comunidade.

Henri Acselrad, que desenvolve pesquisas sobre planejamento urbano e regional de risco e de vulnerabilidade, é responsável pela reflexão de injustiça ambiental como processo, relacionando a habitação em áreas de risco com a segregação social estrutural, onde afirma o seguinte:

Uma alternativa politizadora seria, por exemplo, a de definir os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual. Esta é a formulação do Movimento de Justiça Ambiental dos EUA: põe-se foco no déficit de responsabilidade do Estado e não no déficit de capacidade de defesa dos sujeitos. (ACSELRAD, 2006, p. 2)

O autor anteriormente citado também traz sobre a questão da falta de escolha de sua habitação, deslocamentos e precificação dos locais como componentes para a segregação para locais degradados a partir do fator da mobilidade capital, quando diz que:

O capital, por seu lado, mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos. Os atores com menos força para escolher seus ambientes, por sua vez, organizam-se para resistir à degradação forçada que é imposta a seus ambientes ou ao deslocamento forçado a que são submetidos quando seus ambientes interessam à valorização capitalista. (ACSELRAD, 2002, p. 57)

Refletindo sobre tal tema o autor evidencia novamente a presença massiva de pessoas com menos recursos financeiros e de pessoas não-brancas nas áreas de risco ambiental, pontuando quatro fatores como justificativas para articulação da segregação que são 1) Terras baratas estarem disponíveis em comunidades de minorias; 2) A falta de oposição da população local por fraqueza organizativa e carência de recursos políticos; 3) A ausência de mobilidade espacial das minorias em razão de discriminação residencial; 4) A

sub-representação das minorias nas agências governamentais responsáveis por decisões de quanto as questões ambientais.

3 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO ESPACIAL DE PESSOAS NEGRAS EM FLORIANÓPOLIS

O histórico de habitação de diversas cidades brasileiras seguem histórias muito semelhantes, compartilhando de equivalentes inícios, seguindo até os dias atuais. A presença negra se destaca a partir de movimentos migratórios impostos pela escravidão, se estabelecendo com a representatividade espacial marcada por movimentos culturais, onde vizinhanças se traduzem em comunidade. No caso da cidade de Florianópolis o histórico da presença negra também segue tal caminho.

3.1 Primeiros Séculos de Ocupação Européia: A inserção imposta

Em uma terra desenvolvida por ações colonizadoras, visando a ocupação espacial para a obtenção do lucro, houve o uso da mais barata mão de obra possível a partir de escravidão humana. Como justificativa para tal ato houve a racialização, subvalorização de saberes e desumanização de povos com base em suas culturas e diferenciamento dos europeus pela fenotipização (QUIJANO, 2005; MOORE, 2007)

Com isso e com a possibilidade de não pagar pela mão de obra, houve em princípio a escravização de povos nativos das Américas, e em seguida também de povos do Continente Africano, levados em diáspora de suas nações de origem. Começa aí uma desterritorialização e reterritorialização imposta, baseada no trabalho forçado.

A ocupação planejada europeia da Ilha de Santa Catarina se deu tardiamente, em comparação a outros pontos litorais do território brasileiro, então colônia portuguesa, datando a primeira chegada de 1748. As primeiras constatações históricas da presença de africanos, ou seus descendentes, datam de meados do século XVII a XVIII, na primeira fase de ocupação européia no local, onde seus números eram somados à cativos indígenas, ambos escravizados, em núcleos de ocupação açoriana (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013). A partir dos mesmos autores, na década de 1750 a própria Coroa Portuguesa afirmava que o uso de mão de obra do tipo pelos colonos de origem açoriana levaria a uma ociosidade dos mesmos e por isso não a recomendava, porém, na prática, se observava a escravidão como predominante em outras partes do país.

Temos que entre 1746 e 1798, de acordo com Mamigonian (2013), foram fundadas seis armações baleeiras no litoral catarinense, e suas atividades teriam uma grande presença

da mão de obra de pessoas escravizadas, e com uma complexidade administrativa comparável à engenhos açucareiros ativos na época.

Mamigonian et al (2013) afirmam que com a integração da Ilha de Santa Catarina na rota mercantil colonial de alimentos nas duas últimas décadas do século XVII, com a farinha de mandioca como principal insumo, houve consequentemente o aumento considerável de pessoas africanas ou descendentes, demonstrando que segundo censos populacionais entre 1796 e 1814 a ilha teve um aumento de quase 40% da população negra escravizada. A mesma autora³, descreve que de 1790 e 1800 cerca de metade dos senhores de escravo, os com pequenas propriedades, tinham em seu poder uma ou duas pessoas escravizadas⁴, os com médias propriedades, caracterizadas por serem cerca de 46% dos senhores, tinham entre três e dez, e apenas 4%, considerados de grande propriedade, tinham acima de dez, sendo que, quanto maior este número maior seria o prestígio da família, naquele momento estando diretamente relacionada a posse de mão de obra escrava com maiores propriedades e maiores privilégios sociais, políticos e econômicos.

Com base em Cardoso (2007), na vila de Desterro se observa a maior porcentagem da população cativa em relação à população livre em 1810, onde foi possível destacar 1869 pessoas em condições de escravidão dentre o total de 5.250 habitantes do local, o que juntamente com 177 libertos e livres demonstram um total de 35,5% de uma população de africanos e descendentes.

3.2 Perfil Ocupacional Negro Durante a Época Escravista

Se mostra importante observarmos e entendermos a face da ocupação espacial das populações negras no território que condiz com o atual do município de Florianópolis, pois em épocas escravistas vemos a população escravizada formando um perfil ativamente urbano, marítimo e em habitações que não senzalas, em maioria habitando porões ou quartos em fundos de terreno, sendo assim "Os territórios de pretos, crioulos, pardos e mulatos não foram às propriedades rurais, mas às ruas da cidade", como diz Cardoso (2008, p. 151). Esse perfil é demonstrando também na marcada presença de quitandeiras e pombeiros no Largo da Matriz, onde permaneceram mesmo após tentativa de higienização por meio da construção de um Mercado Central em 1850, onde neles só eram permitidos a presença por pessoas

³ A partir de: BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina. Lisboa: Typ. da Academia Real das Ciências, 1829. p. 14.

⁴ Aqui se caracteriza tanto como africanos ou brasileiros (historicamente chamados de crioulos e/ou pardos)

escravizadas em certos locais, assim como era controlada a passagem negra no geral (POPINIGIS, 2013).

Sobre essa face urbana é interessante colocar que era comum a moradia por aluguel de pessoas cativas em áreas centrais da ilha, ao ponto da Secretaria de Polícia levantar proibição de tal prática no ano de 1863. Tal ato de moradia independente por si só já caracteriza um tipo de autonomia não condizente com um dos pilares principais do domínio senhorial, a de morar sob vigilância constante de um “senhor” (CARDOSO, 2008).

Em tal modo de ocupação com características mais urbanas, presentes com grande evidência em Desterro⁵, como também foi dito por Claudia Mortari Malavota (2013), observamos uma maior integração, principalmente entre negros livres e libertos, com uma população ainda escravizada. É possível perceber em prática tais relações expressas nas filiações às irmandades, criadas a partir da devoção de um santo ou santa católica, que tem como objetivo principal a devoção do referido santo, assim como a solidariedade para criação de resiliência dos chamados irmãos, juntamente como canal para possibilidade de ascensão social (MALAVOTA, 2013). Em tal contexto foi criado em 1726 a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Desterro, constituída em sua maioria por pessoas pretas, tinha, além dos objetivos em comum com outras irmandades, o objetivo de proporcionar aos irmãos enterros e sufrágio, educação para órfãos e a arrecadação para compra de alforria dos que eram ainda mantidos como escravos (NOGUEIRA, 2018; MALAVOTA, 2013; RASCHE, 2014).

A Irmandade do Rosário era a responsável por um dos maiores festejos negros da época, a festa de Nossa Senhora do Rosário, que acontecia por volta de 25 de dezembro, da qual há relatos de que poderiam durar por volta de 15 dias (SILVA, 2007), formando assim uma festa com a coroação de um rei e uma rainha, que durante alguns dias transformavam a paisagem de Desterro com imagens negras ativas sobre o espaço. Em resposta à manutenção deste espaço simbólico, em 1845, no Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Desterro, ficou proibido “batuques”, reinados e festas conferidas por africanos e descendentes, escravizado ou não, colocando tais práticas como distúrbios à moral e sossego públicos (SILVA, 2007).

⁵ Nome dado à atual ilha de Florianópolis até o ano de 1894, quando virou Florianópolis.

3.3 Gentrificação Urbana e Ocupação Consequente no Maciço Central

Em caracterização da área central de desterro após a abolição em 1888, temos uma área com a presença de cortiços e casebres, e pessoas que viviam do mar e do comércio na área. A partir da abolição da escravatura, da instauração da república (1889) e a propagação de ideias de modernidade urbana, aos moldes da *Belle Époque* parisiense, higienização, eugeniação e avanço por meio do trabalho migrante (europeu e branco), houve ações diversas para o embelezamento e modernização do centro urbano que levaram à derrubada e proibição de construção de moradias como os cortiços, assim podemos destacar como nessas práticas

[...] é possível vislumbrar não apenas a triste decisão de demolir as moradias, mas também a intenção de re-estruturar modos de viver citadinos, nos quais a população de origem africana aprendera a transitar, sem oferecer alternativa para além da segregação e da manutenção das relações de dependência e subordinação. A República e seus porta-vozes não tinham parâmetros para lidar com estes grupos populares, e, na dúvida, tornaram-se todos inimigos, incontroláveis desenraizados sociais. A esperança, parece, era mantê-los sob vigilância generalizada e esperar, de acordo com as novas teorias, que desaparecessem afogados nas suas incapacidades. (CARDOSO, 2007, p. 60)

Ao fim da citação o autor se refere a teoria do *eugenismo*, responsável por ideias que supunham ser possível, a partir da miscigenação e imigração de populações européias, a redução da população negra e indígena no país ao ponto de um eventual desaparecimento.

Assim como diz Nogueira (2018) “Muitos territórios negros surgiram como consequência ou como resistência a esse processo (higienista)” (p. 60), processo visto também em Florianópolis, marcado principalmente no saneamento e modernização de um dos locais mais habitados pela população negra e pobre, a via agora conhecida por Avenida Hercílio Luz, que antes margeava o Rio da Bulha e agora o cobre, e a partir desta ação se pressionou para a saída da população pobre e racializada, que por consequência subiu o Maciço do Morro da Cruz e lá se instalou (VEIGA, 2008). Sobre tais deslocamentos é interessante citar o falado por Lúcio Kowarick:

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um

progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária. (KOWARICK, 1993, p. 85)

3.4 Expressões Culturais e Representação Espacial

Muito da identidade e territorialidade de populações racializadas estão fortemente interligadas com questões culturais. Aqui destacamos como durante século XX e após ele a ocupação territorial por pessoas racializadas em Florianópolis se deu marcadamente representada no espaço por meio de manifestações culturais e esportivas, a exemplo de clubes recreativos, escolas de samba, dos movimentos de *hip hop* e no time de futebol originário da ilha com origens marcadamente negras, o figueirense.

Como parte da tradição e cultura de origens negras em Florianópolis temos a representação do time de futebol do Figueirense (CARDOSO; RASCKE, 2016). A agremiação tem sua origem no bairro da Figueira, bairro no centro que era fortemente habitado pela população afro-descendente, existente até os anos 1940, quando práticas higienistas deslocaram populações do centro para áreas de periferia e declivosas. Mesmo com o desmembramento de seu bairro originário e do deslocamento do campo do time para o continente, distanciando de suas raízes, o Figueirense segue até os dias atuais como do time das classes mais baixas e população negra da região de Florianópolis.

Muitas são as estratégias das populações subalternizadas através dos anos para a vivência e sobrevivência em ambientes de segregação. Uma delas sempre foi a de reunião em forma de entretenimento. Dentre diversos casos destacamos o caso da criação do Clube Recreativo 25 de Dezembro. O clube foi criado no Natal de 1933 por moradores da Rua Chapecó, no bairro da Agrônômica, incentivados pela falta de bailes nas proximidades de suas moradias (CARDOSO; IANNI, 1960; MARIA, 1995; TEIXEIRA, 2020).

O clube foi inicialmente aberto para negros e brancos dançarem, porém, a recusa de moças brancas a dançarem com rapazes negros muito incomodou os diretores do clube. Principalmente por este motivo, que reproduzia conflitos raciais já vividos fora deste ambiente, o espaço do 25 de Dezembro passou a ser exclusivo para pessoas negras, permitindo brancos apenas consumindo no bar, mas não na pista de dança. Com a criação do Recreativo Clube Concórdia a vizinhança concordou que cada clube estaria destinado a um grupo racial, este sendo especificamente focado no público branco.

A importância do Clube 25 de Dezembro foi tamanha que através de seus festejos e ações sua vizinhança ficou conhecida a partir dele, criando uma territorialidade e identidade racial no local hoje conhecido como Morro do 25 “[...] a partir dos conflitos com os brancos.

Num embate de representações que se deu através das relações interétnicas.” (MARIA, 1995, p. 67). Tal fato é importante também como percepção e valorização da população negra como agente de transformações sociais e territoriais a partir de suas resistências.

Uma das expressões culturais originalmente negras mais reconhecidas até o momento atual é o samba. O samba representa internacionalmente o Brasil e nele podemos ver uma marca negra desde as suas raízes, concretização e práticas até o momento atual. Também marcado pela territorialidade das escolas de samba, o ritmo muitas vezes representa comunidades periféricas afetivamente de forma semelhante às representações esportivas, pelo sentimento de pertencimento. Na cidade de Florianópolis as escolas mais tradicionais e antigas seguem características comuns com o restante do Brasil, como demonstrado no estudo de Tramonte (1995) tivemos um início carregado de influências externas, marcadamente de marinheiros do Rio de Janeiro, no final da década de 1940, que estavam baseados em Florianópolis e buscavam o acolhimento das rodas e escolas de samba.

Escolas como a Embaixada Copa Lord — fundada em 1955 — e a Protegidos da Princesa — a mais antiga escola ativa da capital, fundada em 1948 — são espacializadas, respectivamente, nas comunidades do Morro da Caixa (Monte Serrat) e no Morro do Mocotó, locais que tem a paisagem marcada pela presença da população negra, e por suas expressões culturais (SILVA, 2006) e também marcadas por serem áreas de baixo valor imobiliário, envoltas por encostas altas e com relativa dificuldade de acesso. As escolas acabam por ser porta voz da expressividade negra na capital, apesar disso elas têm sua importância como parte da cultura catarinense confinada no período de carnaval.

Em uma etnografia histórica sobre o samba em Florianópolis, o historiador e antropólogo Marcelo Silva (2012) mostra como nas décadas de 1940 e 1950, como foi construída uma musicalidade e uma sociabilidade por negros e negras em suas rodas de samba, nos grandes bailes nos Clubes Negros, nos bailes nas casas e na ruas, nas gafieiras, nos prostíbulos e nas agremiações que disputavam os carnavais. Tal processo ocorre dentro da consolidação da modernidade dos ideais de modernidade trazida pela ordem republicana. No entanto, é importante observar que tais histórias se atualizam hoje em bares e outros espaços sociomusicais em Florianópolis (SILVA, 2012, p. 184).

Áurea Demaria Silva analisa em sua dissertação de mestrado a Copa Lord (Sociedade Recreativa Cultural e Samba Embaixada Copa Lord), tradicional escola de samba localizada no Morro da Caixa, no Maciço do Morro da Cruz, nas adjacências do centro da cidade. Ela demonstra como as populações afro-brasileiras, invisíveis aos olhos da cidade, ao se organizarem em torno das escolas de samba inscrevem-se numa dinâmica de disputa

cotidiana pela ocupação de espaços, construindo assim um processo de resistência por meio das manifestações culturais negras.

No espaço de socialização dos ensaios da Copa Lord, foi possível perceber o fortalecimento dos laços familiares, a valorização da cultura negra, a intensificação do sentimento de pertencimento – através da vivência do samba-enredo propiciada pela prática musical em conjunto – e a transmissão de saberes valorizados pelo grupo. Os ensaios podem ser compreendidos enquanto um espaço para a construção de uma postura de resistência por parte da população negra, diante da conscientização revelada pelos componentes da agremiação sobre as tentativas de invisibilização da cultura do samba por parte do Poder Público. (SILVA, 2006, p. 151)

Outra expressividade musical que representa a resistência e identidade negra, que com o passar dos anos tem se mostrado importante na cidade, é o *hip-hop*. O ritmo também de origem afro-descendente, especificamente dos Estados Unidos, mas com muitas diferenças de ritmos como o samba, tem um papel muito importante, principalmente na conservação e representatividade negra e jovem. Em Florianópolis sua territorialidade é observada em locais como a Costeira do Pirajubaé (centro-sul) e no Largo da Alfândega (centro), que especificamente é ocupada a partir de batalhas de rima e eventos que promovem o esporte, focado no skate, e promovem debates e oficinas de artes. Mesmo com a representação na Costeira ser forte destaca-se que a origem de participantes e de grupos varia, muitos sendo originados do Monte Cristo, no continente (NOGUEIRA, 2018).

Como parte da tradição e cultura de origens negras em Florianópolis temos a representação do time de futebol do Figueirense (CARDOSO & RASCHE, 2016). A agremiação tem sua origem no bairro da Figueira, bairro no centro que era fortemente habitado pela população afrodescendente e que existiu até os anos 1940, quando práticas higienistas deslocaram populações do centro para áreas de periferia e declivosas. Mesmo com o desmembramento de seu bairro originário e do deslocamento do campo do time para o continente, distanciando de suas raízes, o Figueirense segue até os dias atuais como do time que representa as classes mais baixas e populações negras da região de Florianópolis.

3.5 Fluxos Migratórios Recente e suas Modificações do Espaço

Como uma última etapa de construção histórica habitacional da população negra em Florianópolis há, em momento mais recente representado pela ocupação a partir de fluxos

migratórios. Tais fluxos foram baseados no aumento de empregos no ramo da construção civil desde a décadas de 1920, mas principalmente entre os anos de 1950 e 1960. Motivadas pela criação desses empregos houve uma migração expressiva de populações de outras regiões do estado, como de Antônio Carlos e Biguaçu, como também populações de outros estados, em sua maioria com poucos recursos, em busca de oportunidades, e em parte de pessoas negras (SOUZA, 1992; MAIA, 2020). Tais pessoas que migraram com foco no trabalho na construção, acabaram por compor áreas como os morros do Distrito Sede do município, motivados pelo baixo valor do mercado imobiliário, mas principalmente pela possibilidade de construção de seus próprios lares em terrenos não habitados. Reforçando tal argumento João Ferreira de Souza (1992, apud Silva, 2006, p. 71-72) comenta sobre os fluxos internos, principalmente Mont Serrat (também conhecido como morro da caixa, uma das primeiras áreas habitadas do maciço do Morro da Cruz) , apontando-os como essencial para o povoamento local, principalmente por pessoas ligadas à áreas rurais, principalmente pessoas negras.

Com 52% dos habitantes de Florianópolis sendo de origem de outras cidades e estados (IBGE, 2010), seja influenciada por seus atrativos turísticos ou pela oportunidade empregatícia, a cidade é caracterizada por ser formada por migrantes de diversas regiões. Mesmo segundo o mesmo senso a origem principal deles sendo do Rio Grande do Sul, 12%, tais migrações diversificam características culturais e a paisagens étnicas na capital, porém, tendo em vista as desigualdades dentro do país entre as regiões, resta-nos a observação de se a variedade de origens é dada de forma igualitária no território, ou se há a presença de pessoas de origens específicas em áreas de maior precariedade de infraestrutura a partir de segregação.

3.6 Espacialização da População Negra em Florianópolis

Fazendo uma leitura quantitativa, mais atual e objetiva, a partir de dados coletados pelo IBGE no ano de 2010, é possível observar a dinâmica populacional do município quanto à distribuição racial em seu território. Com uma análise feita por setores censitários divididos pelo IBGE podemos levantar alguns padrões observados antes de relacioná-los. Com base no perfil populacional base de Florianópolis temos uma maioria da população branca, onde a partir da setorização do órgão observamos locais com mais de mil habitantes brancos, porém, apenas nove setores apresentam mais de duzentos habitantes pretos (Quadro 1). Setores com mais de quatrocentos pardos também foram poucos, apenas quatro, mas, sendo necessário o destaque de apenas uma, a variável *preta* foi escolhida como foco de pesquisa pelas possíveis variações que envolvem o termo “pardo” em contexto de auto-avaliação.

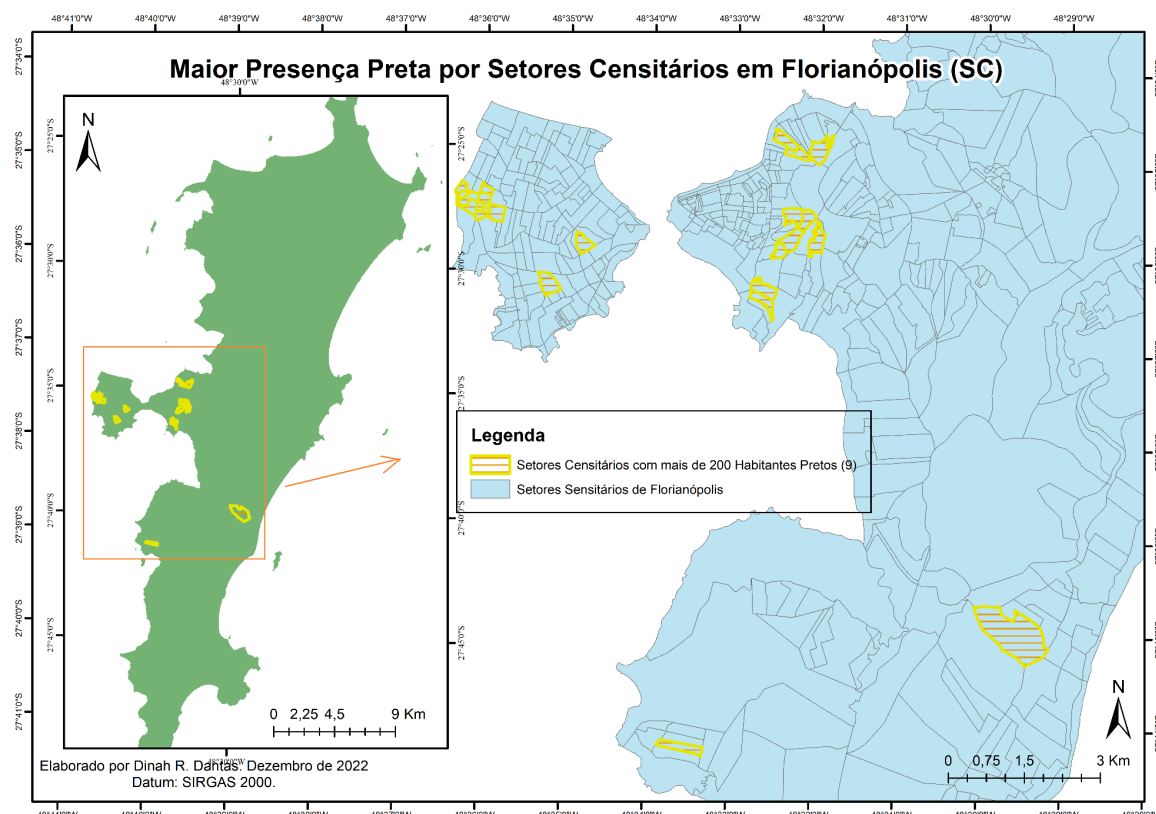
Quadro 1 - Setores censitários com número de pretos acima de 200.

Setorcensitário2010	Brancas	Pretas	Amarela	Parda	Indígena
420540705000070	506	413	1	224	10
420540705000077	118	414	0	120	5
420540705000078	478	318	0	176	0
420540705000099	1224	238	3	480	27
420540705000326	591	258	1	281	0
420540705000337	500	208	3	283	2
420540705000341	441	226	0	388	4
420540705000343	963	267	0	649	2
420540705000354	204	247	9	180	2

Fonte: A autora, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (2010).

Os setores que apresentaram quantidade expressivas são localizados então principalmente em áreas centrais de Florianópolis (Figura 2), com destaque principalmente ao Maciço Central (Maciço do Morro da Cruz), também para algumas áreas mais ao sul e com pontos na porção continental da cidade, com destaque para a localidade do Monte Cristo entre eles.

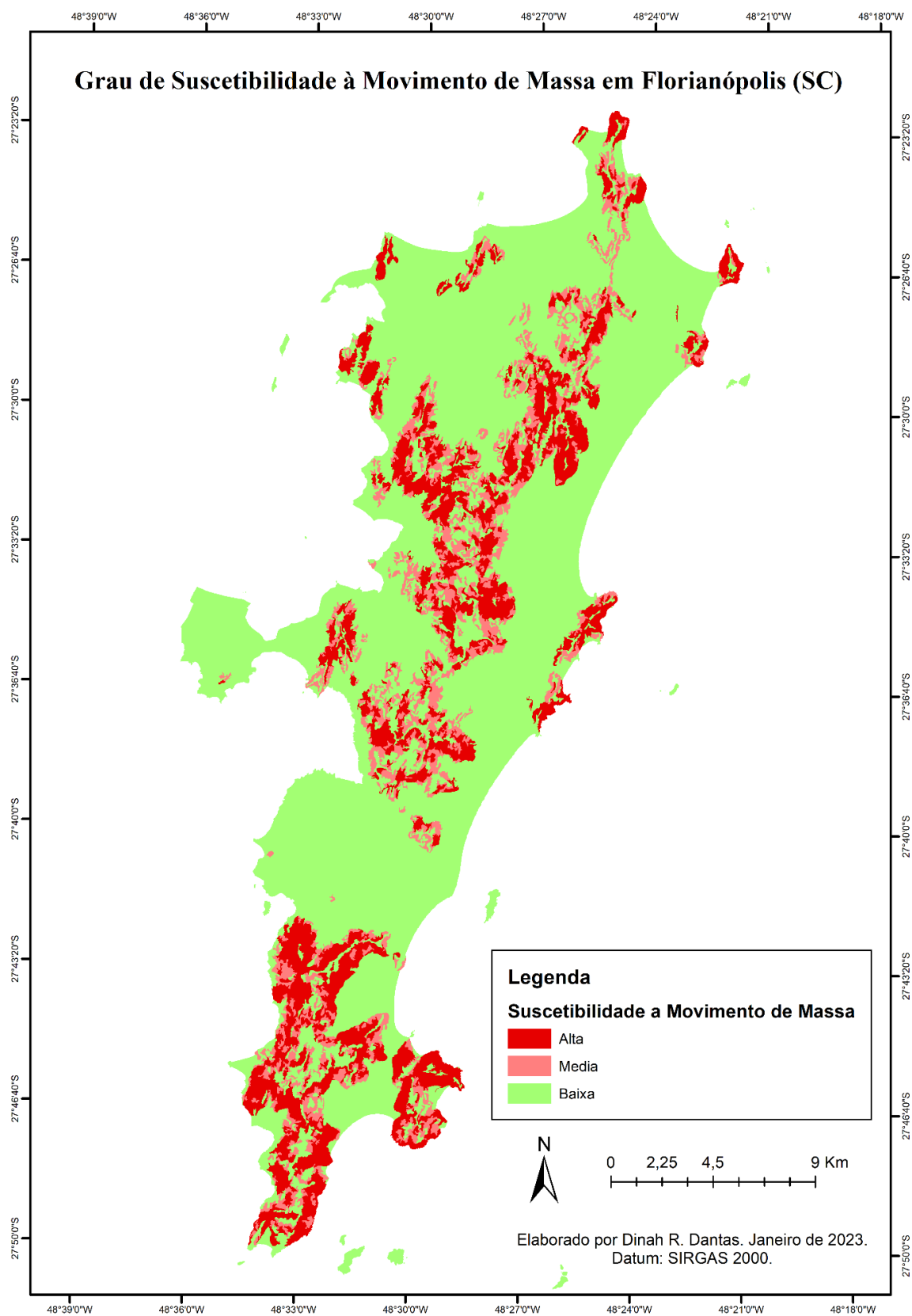
Figura 2 - Mapa representando áreas com maior presença negra por setores censitários em Florianópolis (SC).



Fonte: A autora, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE (2010).

Com o destaque de tais setores foi possível então relacioná-los com o grau de suscetibilidade a deslizamentos, movimentos de massa em termos técnicos, representado visualmente como grau em cores indo do verde claro (para baixo risco) até o vermelho (para alto risco). A partir de dados de suscetibilidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis, divulgados pelo LABURB UFSC, observamos a espacialização de riscos de movimento de massa através do território do município percebidos por meio de graus baixo, médio e alto na figura 3.

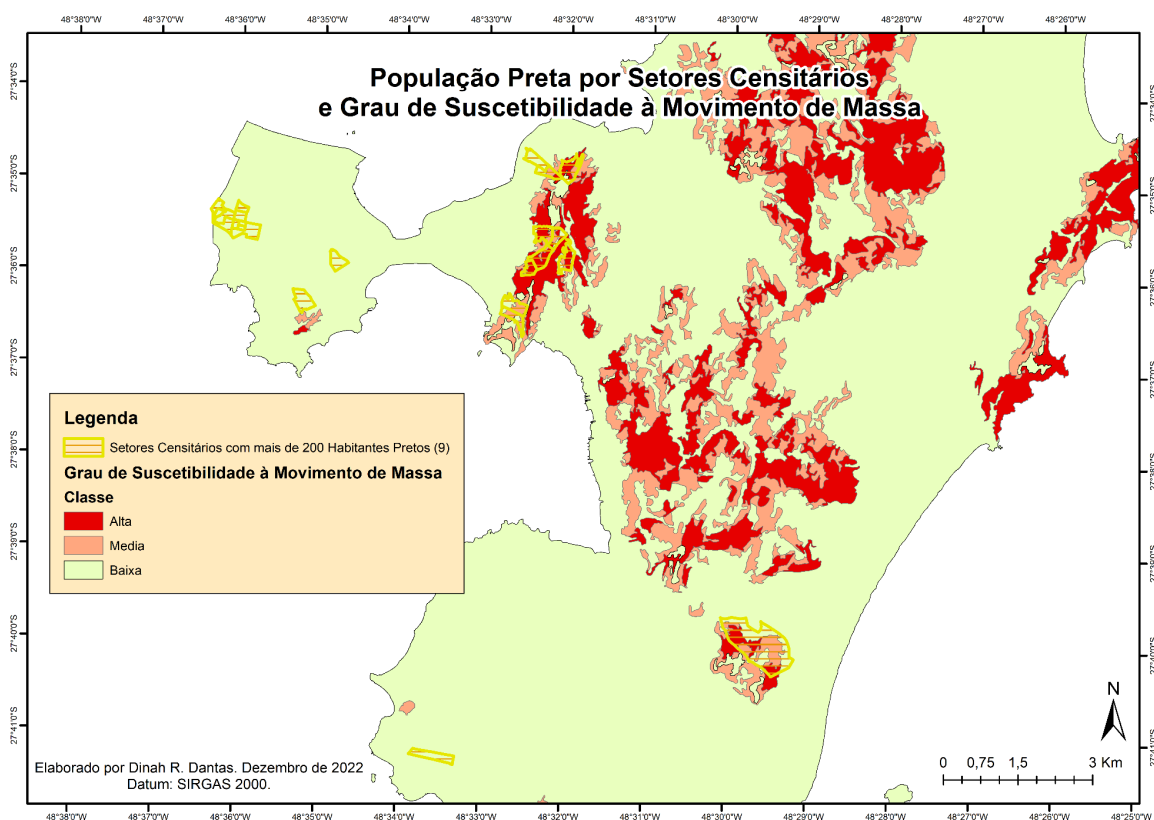
Figura 3: Grau de Suscetibilidade à Movimento de Massa em Florianópolis (SC).



Fonte: A autora, a partir de dados da PMF.

No mapa observamos como por toda a cidade temos áreas de alto grau de susceptibilidade ao movimento de massa, tanto em áreas mais centrais e populosas como em áreas menos habitadas. Interpolando os dados descritos de espacialização de pessoas pretas e de áreas de risco a deslizamento temos como resultado o mapa da figura 4. Por meio dele é possível a visualização clara dos setores censitários e sua localidade em comparação com locais com alta possibilidade de deslizamentos, onde a marcante maioria da população preta se encontra, com exceção das áreas na parte continental do município.

Figura 4 - Mapa Relacionando Presença de População Preta por Setores Censitários com o Grau de Suscetibilidade à Movimento de Massa.



Fonte: A autora, a partir de dados da PMF e do IBGE.

Observando a informação de que a área em que mais se relacionam a maior população preta e maiores riscos de movimento de massa como o Maciço do Morro da Cruz, observamos, temos a oportunidade de a partir do destaque como estudo de caso de uma área (a ocupação Marielle Franco) fazer a prova com dados atuais e observar quem ocupa a área e quais as suas características.

4 OBSERVAÇÕES PRÁTICAS SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM FLORIANÓPOLIS: O CASO DA OCUPAÇÃO MARIELLE

Como observação prática sobre a cidade catarinense desenvolvemos um estudo de caso focado em conhecer a Ocupação Marielle Franco, uma comunidade urbana central localizada em uma das áreas com maior risco ambiental da ilha com cerca de duzentas famílias que ocupam uma área de duas propriedades, uma pública, pertencente à Prefeitura do Município de Florianópolis, e outra de propriedade particular, separadas pela Rua General Vieira da Rosa. Para o estudo foram aplicados questionários (Apêndice 1) nos dias 07 de maio, 11 de junho, 30 de julho e 08 de agosto de 2022 em parceria entre o projeto de pesquisa Mulheres e Luta por Moradia e o Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Geografia da UDESC. A aplicação de questionário teve como objetivo o desenvolvimento de um perfil populacional, social e econômico dos moradores para pesquisas acadêmicas, assim como para desenvolvimento e organização interna, como base para melhorias, e foi aplicado um por moradia atingindo um quantitativo de oitenta e cinco com respostas válidas. Considerando uma qualidade total de cerca de duzentas casas e estando parte delas atualmente desocupadas ou em construção, o total de respondidos foi considerado um recorte populacional coerente para análise do local.

A seguir, com base na metodologia de Barrenechea et. al (2000) os fatores para análise sobre risco foram separados em informações demográficas e infraestrutura e indicadores socioeconômicos. Os dados foram contabilizados por pessoa respondente do questionário, exceto nos casos de média *idade*, *sexo*, e *renda familiar*, onde se contabiliza todas as informações de moradores da moradia relatada.

4.1 Dados Demográficos

Com relação aos fatores sociodemográficos, destacamos as variáveis *densidade populacional*, *sexo*, *idade*, *raça e cor* e *origem geográfica* para serem relatados.

Em pesquisa sobre riscos ambientais um dos fatores mais relevantes para se considerar está em *densidade populacional*, que expressa a quantidade populacional por superfície territorial, aqui relacionando o quantitativo de moradias pelo espaço que se encontram (população/espaço). Em áreas com chance de deslizamentos, tal fator determina a

possibilidade de ocorrências atingirem uma maior quantidade de domicílios, principalmente pensando em casas acima atingindo casas mais abaixo.

Para observação inicial da Marielle, vejamos uma fotografia aérea feita por meio de drone em parceria com o PET Geografia (Figura 5). Por meio dela é possível a percepção real do espaço habitado, a observação da proximidade clara entre residência e mesmo observarmos a diferenciação entre a ocupação e parte de um condomínio ao lado (visto no canto inferior direito na figura) e do espaço reservado para cada domicílio.

Podemos destacar também, dentro da questão sobre densidade, a quantidade de moradores por residência. Em áreas de possibilidade de desastres ambientais tal quantificação se torna em um fator para se dar o grau de risco. No caso da ocupação podemos destacar algumas métricas extraídas dos questionários, como a média encontrada, que foi 3,71 habitantes por domicílio, sendo a quantidade mais frequente (moda) quatro pessoas por casa. Dentre elas temos o número mínimo de uma pessoa por domicílio e máxima de oito, como visto no quadro 2.

Figura 5 - Fotografia aérea da Ocupação Marielle Franco.



Fonte: PET Geografia UDESC em parceria com CartoLab (2022).

Quadro 2 - Métricas populacionais da Marielle Franco.

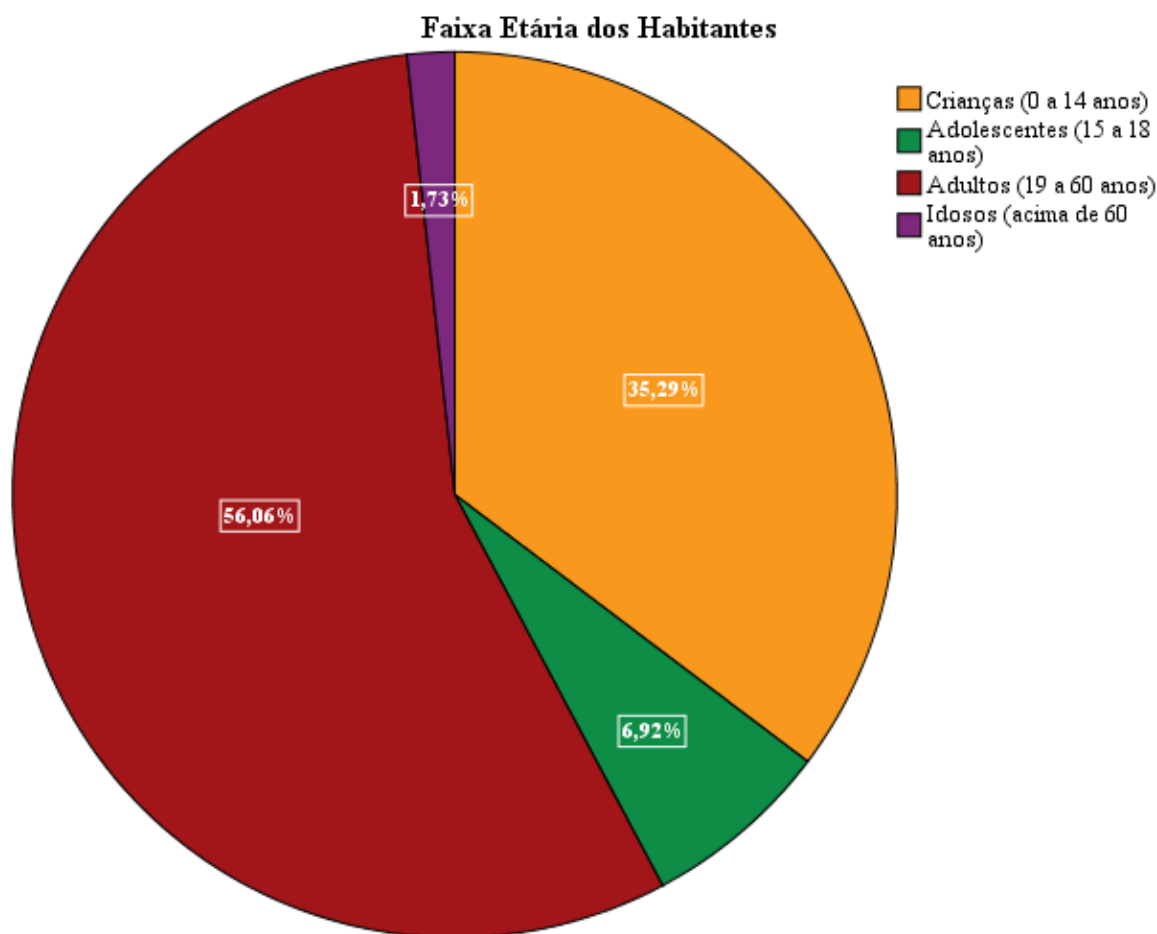
	Quantidade de Moradores por Domicílio
Média	3,71
Moda	4
Mínimo	1
Máximo	8

Fonte: A autora, a partir de dados de questionário, 2022.

Outro fator levantado para compor o perfil populacional é o de *sexo* dos habitantes. Percentualmente foi percebido um equilíbrio relativo com um valor razoavelmente maior para o sexo feminino, de 53,6%, em comparação a 44,6% de população masculina, calculada com base em dados de todos os moradores relatados por questionário.

A variável demográfica de *idade*, quando relacionada ao risco ambiental, é significativa para a observação de dependência em casos extremos. De modo geral, numa população com maior número de crianças e idosos estão mais suscetíveis ao risco. No caso da Marielle observamos uma grande quantidade de adultos, principalmente jovens entre 20 e 35, e uma menor quantidade de idosos, porém, percebe-se também uma grande quantidade de crianças, principalmente menores de dez anos, observado no gráfico 1, sendo a maioria delas abaixo de cinco anos, idade aproximada da ocupação.

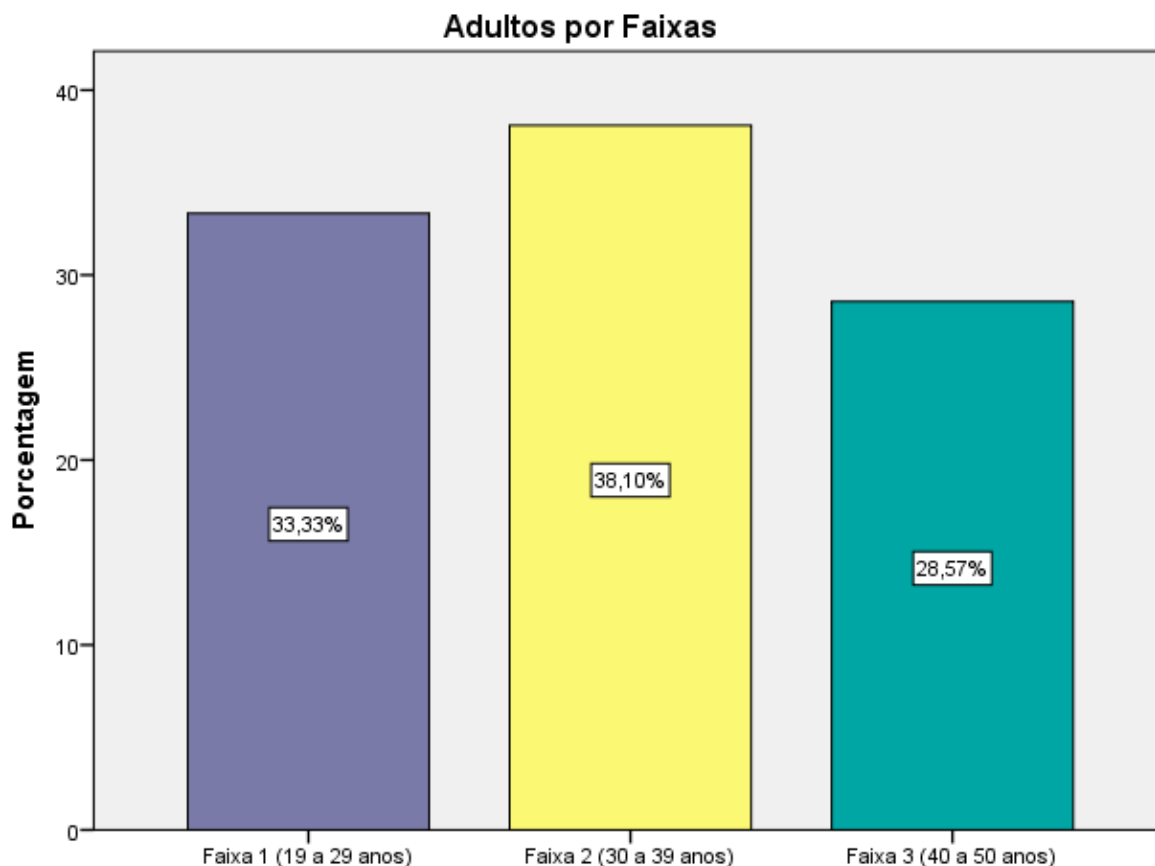
Gráfico 1 - Faixa etária dos habitantes.



Fonte: A autora, a partir de dados de questionário (2022).

Para observar e analisar melhor a faixa etária dos adultos, que foi maioria dentre os moradores, dividimos-a em mais três faixas, uma de 19 a 29 anos, outra de 30 a 39 e por fim uma de 40 a 50 anos. Em resultado tivemos o gráfico 2, de onde podemos perceber uma certa semelhança entre as idades, porém uma maior frequência quanto à adultos entre 30 e 39 anos. Tal idade diz respeito a uma faixa que tem mais filhos, e frequentemente mais de um, o que pode também justificar a forte presença de crianças na ocupação, principalmente crianças novas. Seguindo aos comentados acima temos a forte presença de jovens adultos, de 19 a 29 anos, que aderindo ao argumento acima frequentemente são notados como uma faixa em pessoas começam a formar famílias e ter filhos, sendo assim somando a faixa 1 e dois 2 temos um perfil mais frequente do local como composto por jovens adultos.

Gráfico 2 - Adultos por faixa de idade residentes da Ocupação Marielle Franco.



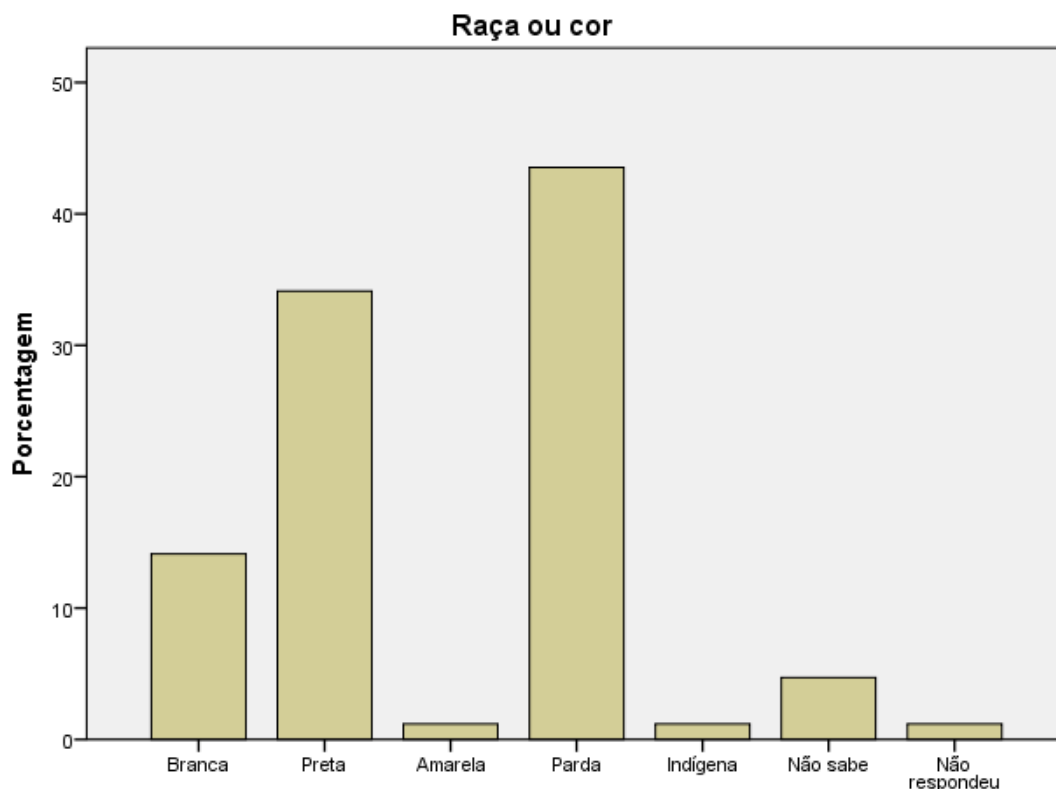
Fonte: A autora, a partir de dados de questionário (2022).

Ainda sobre a questão da idade dos habitantes do local observamos a baixa frequência de idosos dentre os moradores, e diversas podem ser os motivos. Um primeiro ponto a se levantar sobre isso seria o da dificuldade em se residir em uma ocupação urbana. O constante perigo de remoção forçada ou de ocorrência de violência com outra justificativa faz com que a vida de uma pessoa de idade seja ainda mais difícil. Outra dificuldade se faz justamente pela irregularidade do terreno e da necessidade em transitar por escadarias irregulares, que para uma pessoa com dificuldade de mobilidade se torna algo extremamente desconfortável e imprático. Outro possível motivo para a baixa quantidade de mais velhos no local pode ser ligada com outra variável levantada em mais tarde, a de origem geográfica, pois quando consideramos migrações são baixos os números de pessoas idosas que fazem tais movimentações, assim como de crianças, comparado com de jovens adultos.

Baseando a pesquisa em questão temos a variável de *raça ou cor*, que seguindo os critérios do IBGE foram divididas em branca, preta, amarela, parda e indígena. Tendo como base que Florianópolis é a capital do estado brasileiro com maior porcentagem de população

branca, 83,9% (IBGE, 2010) podemos analisar especificidades raciais da Marielle. Com uma porcentagem de apenas 14,1% de pessoas brancas habitando na ocupação, 34,1% de pretos e 43,5% de pardos (77,6% em conjunto) há uma clara diferença dos moradores do local para com o perfil geral da cidade, evidenciando um perfil diferente (gráfico 3) que evidencia a espacialidade da segregação local.

Gráfico 3 - Porcentagem de perfil de raça ou cor na Marielle Franco.



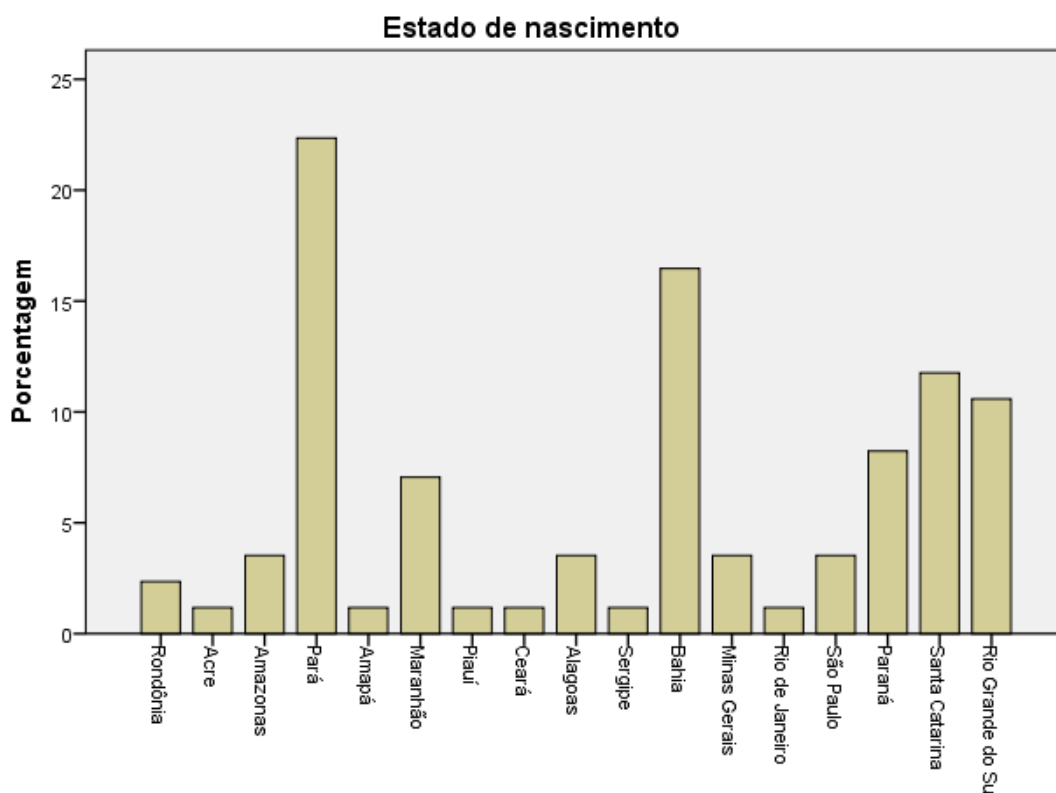
Fonte: A autora, a partir de dados de questionário (2022).

Em um município bastante dinâmico quanto às imigrações, outro fator essencial a ser levantado, e também relacionável com a questão de raça e cor, foi o de *origem geográfica*. Na área da ocupação foi possível ver (gráfico 4) uma grande maioria de habitantes de origem do norte e nordeste do país, onde destacamos a porcentagem de 22,4% do Pará e 16,5% do estado da Bahia, em comparação com 11,8% originários de Santa Catarina. A diferença se evidencia ainda mais quando, por cidades, observamos que a população originária de Belém (14,1%), e apenas 3,5% nasceu em Florianópolis.

O fator de origem é importante quando consideramos fatores de diferenciação cultural, econômica e associações comunitárias, assim como os tipos e possibilidades de

emprego na cidade, considerando que as populações mais presentes na Marielle sofreriam também preconceito por suas origens, limitando muitas vezes as oportunidades.

Gráfico 4 - Percentual de Origem dos Moradores da Marielle Franco por Estado.



Fonte: A autora, a partir de dados de questionário (2022).

Sobre essa questão da origem por estado dos moradores, é importante observar como as periferias urbanas sofrem um preconceito tanto por sua origem migrante como por sua origem de classe. As áreas de ocupação, como é o caso da localidade aqui analisada, sofrem com o estigma de serem consideradas favelas. Francisco Canella, ao analisar trajetórias de vida de migrantes em uma ocupação urbana em Florianópolis, tomando como base a localidade da Marielle Franco, observa como o termo favela tem sido empregado pela mídia, empresários da construção civil e do setor imobiliário e políticos com um sentido estigmatizador. O autor cita uma reportagem publicada em veículo da mídia local:

A valorização do metro quadrado na ilha, que elevou o preço dos aluguéis, não deixou alternativas, obrigando os trabalhadores a ocuparem áreas irregularmente. Tal processo de disputas tem sido descrito por políticos, empresários da construção civil e setores da mídia como processo de “favelização”. Foi o caso de um largo

dossiê, chamado de “Relatório”, publicado por um grande veículo da mídia impressa, televisiva e digital de Florianópolis. Tal reportagem, em matéria de capa dominical, teve, como título, “Cidade ameaçada” (Notícias do Dia, 2020). O relatório, publicado como um caderno anexo ao jornal, estendeu-se por 36 páginas, com reportagens bem produzidas. Seu teor foi o da acusação dos moradores e moradoras dessas áreas. O editorial do Relatório intitulava-se: “Basta às invasões”. As referências a essas áreas sempre remetiam ao termo “favela” ou “favelização”.

Essa articulação entre grandes veículos da imprensa e os interesses do capital privado também foi discutida por Miriam Santini de Abreu (2019), ao estudar as ocupações urbanas em veículos da imprensa florianopolitana. A autora ressalta o caráter ideológico do jornalismo e como ele se relaciona com os interesses do capital, produzindo Florianópolis como cidade-mercadoria.

Ao analisar a atuação de uma organização como o Floripa Sustentável, a autora traz ao debate como existe uma tentativa de disciplinar quem pode e quem não pode morar em Florianópolis:

[...] a ideia do movimento Floripa Sustentável de *disciplinar* quem pode ou não morar na Ilha – porque especifica que se trata de *entrada* – revela a estreiteza da anunciada inclusão social, justificativa ideológica para encobrir as pretendidas mudanças urbanas. O discurso deixa claro que o desenvolvimento social da Ilha implica continuar relegando aos migrantes e imigrantes indesejados as áreas com pior localização, nas periferias dos demais municípios da Área Conurbada de Florianópolis. (ABREU, 2019, p. 234)

O importante é ressaltar que nessa produção do espaço evidencia-se a ausência de políticas públicas destinadas à habitação popular, bem como a criminalização de seus moradores e moradoras e o preconceito contra a população migrante, considerada causa do “caos urbano”.

4.2 Vulnerabilidade Social e Acesso à Infraestrutura

Para levantamento da infraestrutura da área, agravantes na vulnerabilidade em caso de sua falta, foram destacados fatores sobre a *estrutura externa das moradias, acesso à água, energia e saneamento, acesso à saúde* e sobre *transporte e segurança*. Com o levantamento dos temas é possível fazer uma relação direta entre vulnerabilidade ambiental e social, os

evidenciando como fator de risco. O tópico aqui trazido foi, juntamente com os resultados dos questionários, levantados através de observação de campo.

A *estrutura das moradias* e arredores são bastante semelhantes entre si. Os terrenos em que se encontram são bastante acidentados, algumas habitações encontradas em áreas mais íngremes e outras encontradas em terrenos mais planos, mas a maioria com características semelhantes, produzidas em madeira e com bastante proximidade umas das outras (figura 6). Muitas foram construídas acima de base também em madeira para nivelar a construção, consideravelmente as colocando em maior risco em caso de deslizamento ou movimento de terra por se tratar de um material pouco estável.

Apesar de entre as casas não ser encontrada muita vegetação a ocupação em si tem uma vegetação considerada densa em seu entorno. Levantada como um forte ponto negativo para muitos dos respondentes do questionário da pesquisa, as escadarias que conectam as moradias e partes da Marielle são em si uma dificuldade diária para os moradores, principalmente idosos e deficientes, e em dias de chuva se tornam foco de corrente de água. Também levantado como ponto negativo, a presença e descarte errado do lixo é uma clara preocupação para os moradores, e além de ser um fator de risco para saúde acaba se tornando também um agravante em momentos de fortes chuvas, recorrentes na região.

Figura 6 - Casas construídas e em construção na Marielle Franco.



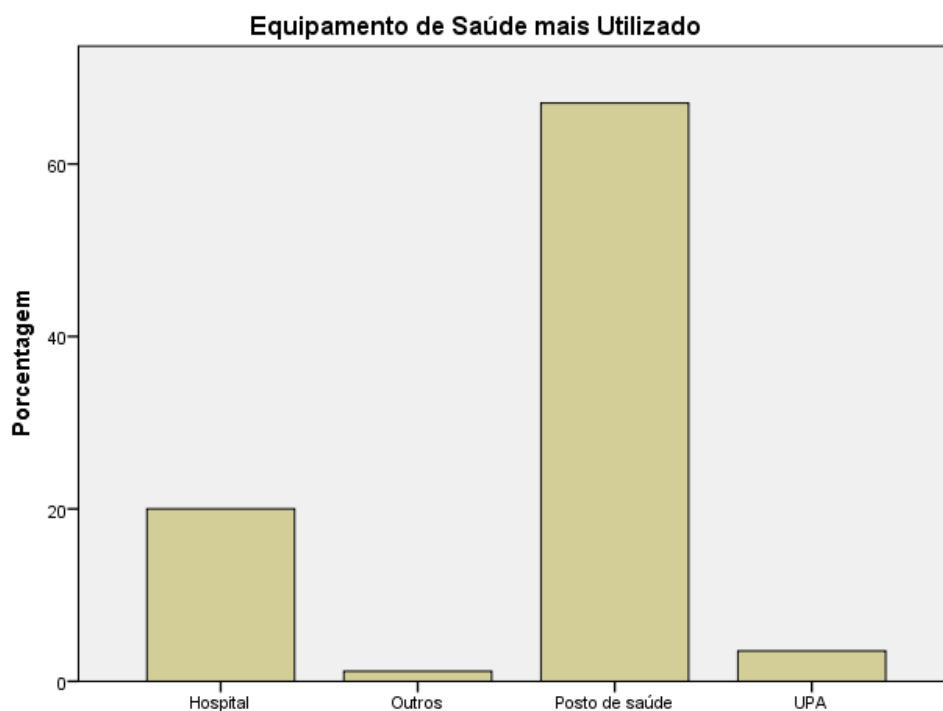
Fonte: Fotografia da autora, 27 de abril de 2022.

Nos questionários houve também respostas semelhantes quanto a *acesso a água, energia e saneamento básico* no local. Fora casos de pessoas que se mudaram para casas ainda em construção, entre os respondentes não houve casos de locais sem acesso a água ou energia elétrica. Esses casos se dão pela possibilidade de utilizarem redes públicas para o abastecimento das moradias, que já serviam comunidades ao redor mesmo antes de haver a ocupação. Para questão de saneamento básico, porém, se observa que a grande maioria faz o descarte da água servida de forma inadequada, sendo diretamente próximo de sua habitação, se tornando mais um outro fator de risco para deslizamento, ou diretamente no curso d'água do talvegue que corre próximo às casas. Em menor quantidade foi observado também o uso de fossas para o descarte de águas.

O *acesso à saúde* da população que mora na Ocupação Marielle Franco por eles mesmo foram consideradas numerosas. Estando eles localizados no centro há a proximidade com postos de saúde, hospitais públicos e UPA, os mais utilizados pela população (gráfico 5),

porém, a dificuldade com transporte acaba afetando na percepção de distância mesmo para locais mais próximos.

Gráfico 5 - Equipamentos de Saúde mais Utilizados por Moradores na Ocupação Marielle Franco.



Fonte: A autora, a partir de dados de questionário (2022).

A questão do *transporte* foi listada dentre os pontos negativos mais sentidos pelos habitantes da ocupação. Por ser oferecido ônibus em baixa variedade e frequência a precariedade para a mobilidade é sentido principalmente para os que trabalham distante de onde moram, e ainda mais gravemente aos finais de semana. Sobre esse ponto, é interessante recordar sobre como o transporte é essencial para a vida humana, principalmente em ambiente urbano. A falta da possibilidade de locomoção dentro da cidade em que habita acaba por caracterizar uma desconexão com outras que podem ter resultados diversos. Sendo o bom transporte um dos fatores que mais valoriza um imóvel podemos entender como sua pobre aplicação pode ser vista como mais um fator de segregação.

Quanto a questão de *segurança*, apesar da segurança interna ser considerada regular pelos moradores houve o relato frequente de medo da presença dos policiais, tanto quanto a repressão quanto por medo de despejo, porém, é interessante destacar que as pessoas autodeclaradas brancas pouco relataram tal medo como um ponto negativo no local em que

morava, demonstrando assim uma menor preocupação com tais pontos, apesar de seres temas que preocupam todos no local, dada a situação deles como ocupação urbana.

4.3 Indicadores Socioeconômicos

Um último grupo de fatores levantados em questionário relevantes para a análise de riscos ambientais são os indicadores socioeconômicos, dentro dos quais destacamos *associações* (políticas, culturais e religiosas), *nível educacional*, *ocupação*, e *média de renda* por domicílio.

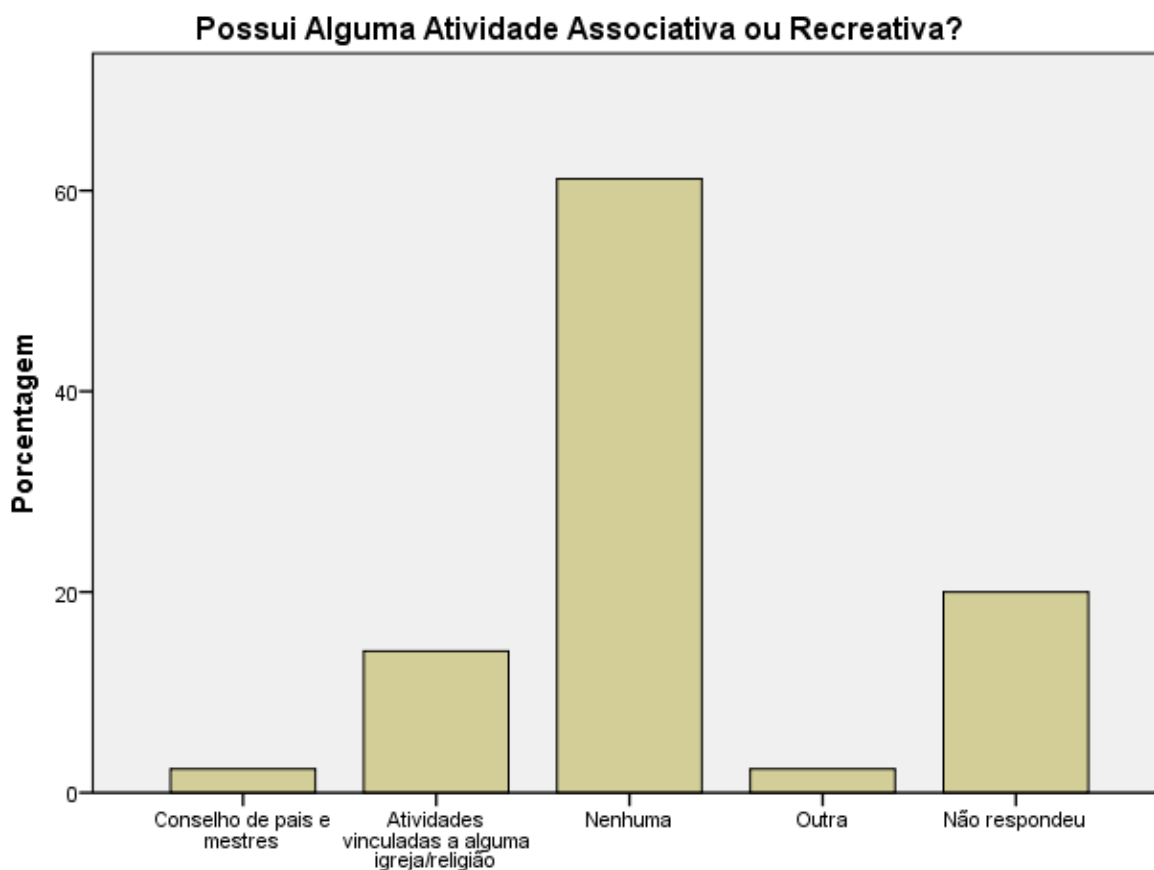
Como as pessoas se relacionam afeta sua relação com o espaço em que vivem. A construção de afinidades e *associações* funcionam também como rede de apoio, e no caso de associações políticas afetam no nível de autonomia e capacidade de negociação com o poder público. Como comentado anteriormente, a Ocupação Marielle Franco tem uma comissão de moradores ativa e atuante, responsável por muitos dos avanços conseguidos para a comunidade, um grupo que tenta sempre ser representativo em sua formação e em suas pautas. Quanto aos questionários, mesmo a maioria dos respondentes afirmando que não faziam parte de atividades de sindicatos, movimentos sociais nem atividade associativa e recreativa, os que tinham participação junto com a comissão tanto descreveram como sindicato ou movimento social e como atividade associativa ou recreativa, demonstrando a variedade de vivência com a comissão dependendo de como se vivencia.

No ponto de atividades políticas foi marcante a frequência da participação, e mesmo filiação, com o Partido dos Trabalhadores (PT). Mesmo a maioria não sendo de pessoas que participam de ações partidárias, cerca de 7,1% que participam, unanimemente temos resultado de pessoas envolvidas com o partido citado. A participação de pessoas habitantes na Marielle acaba sendo justificada pela constância do partido em movimentos pela luta pelo direito da moradia em Florianópolis.

Mesmo a maioria das respostas para atividades associativas também terem sido negativa, a que se fez mais presente dentre as respostas positivas foi de vínculos religiosos (gráfico 6). É possível afirmar que a religiosidade acaba ajudando a criar uma base comunitária local, servindo também como rede de apoio. Vale mencionar que mesmo servindo como organização, o tipo de agrupamento realizado por organizações ou pessoas religiosas não necessariamente estão interligadas com a problemática da moradia, ou mesmo

com possibilidade de resoluções de questões ambientais, tendo inclusive muitas vezes a tendência de se tornarem organizações mais autocentradas e não social com grupos externos.

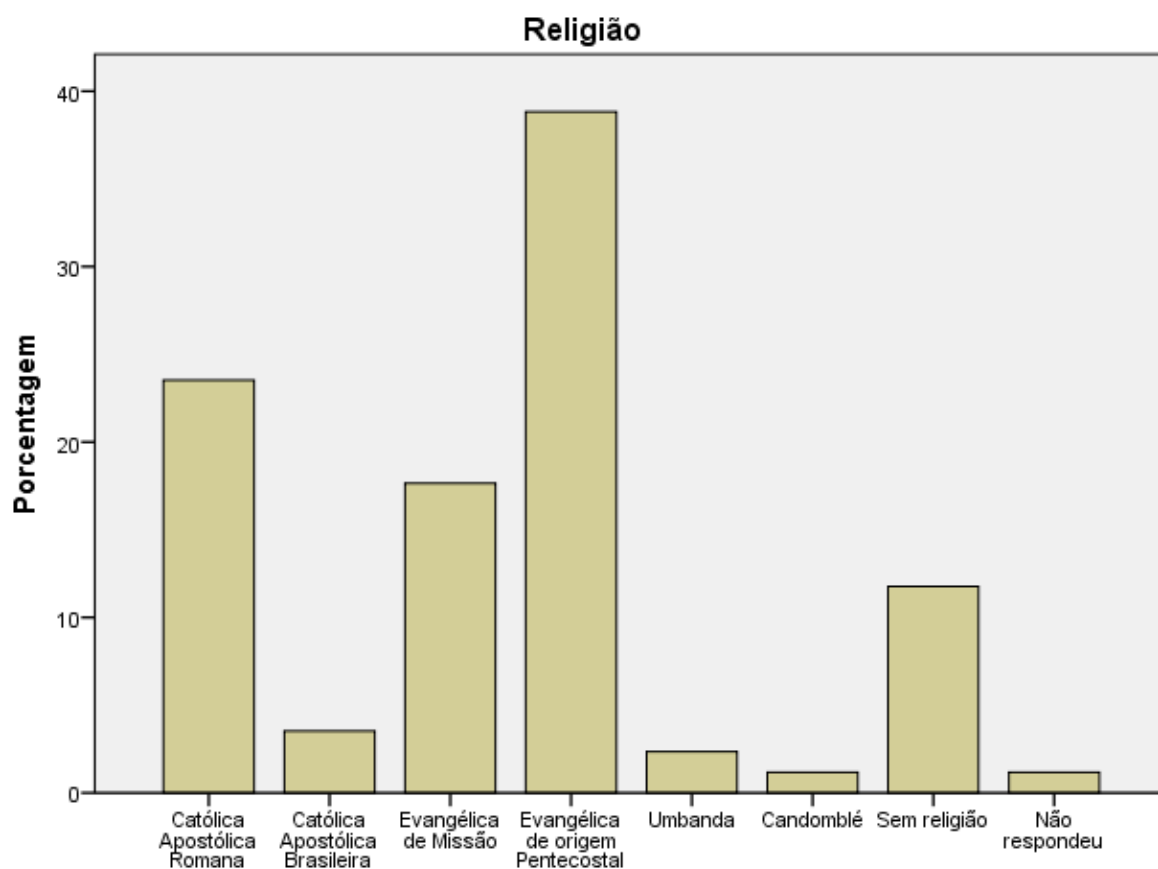
Gráfico 6 - Percentual de habitantes da Ocupação Marielle Franco que participam de atividade associativa ou recreativa.



Fonte: A autora, a partir de dados de questionário (2022).

A partir dos dados do questionário (gráfico 7) vemos uma grande maioria de pessoas que são praticantes da religião evangélica, de missão e de origem pentecostal, estando em segundo lugar, também marcante, os praticantes do catolicismo. Tais religiões cristãs são numerosamente seguidas no Brasil o qual, apesar de ser um país laico tem bases criadas a partir dos princípios das mesmas.

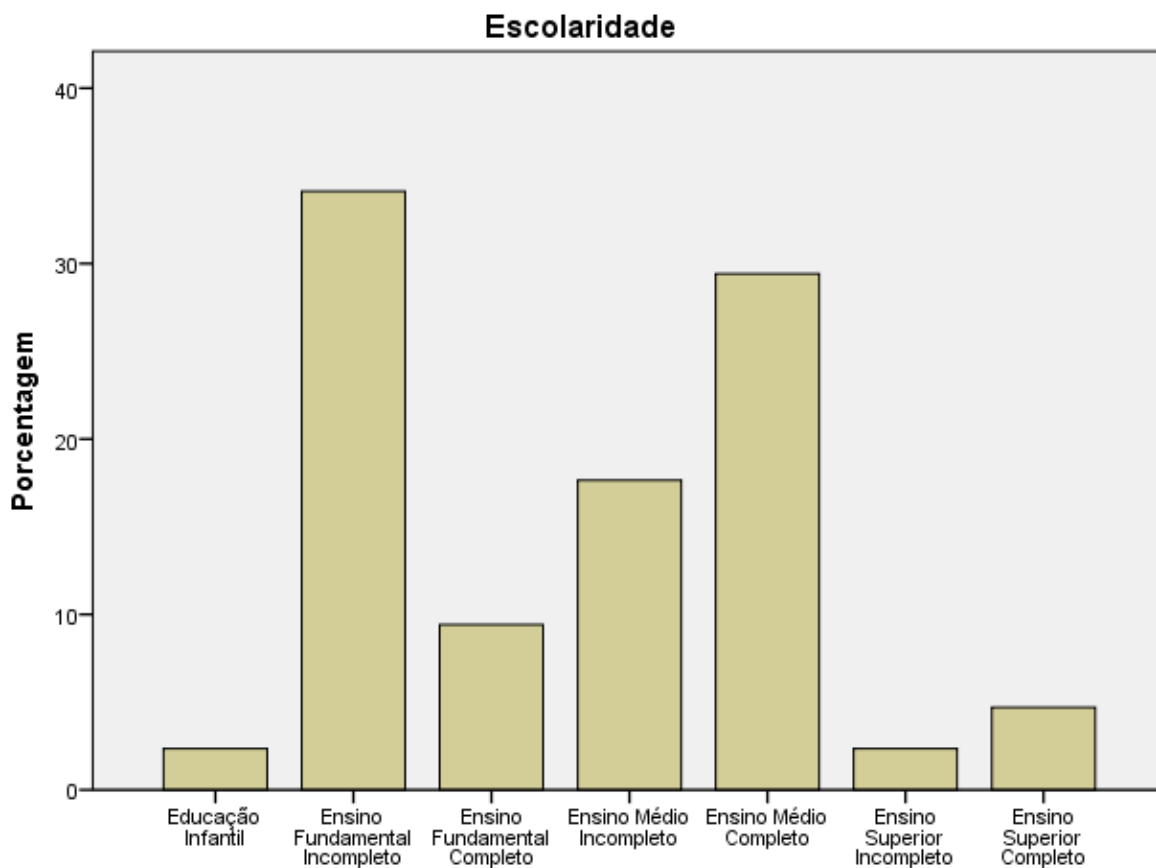
Gráfico 7 - Percentual de Religiões Praticadas por Moradores.



Fonte: A autora, a partir de dados de questionário (2022).

Algo muito importante de se relatar num perfil populacional em áreas de risco é o *nível educacional* da população estudada. Com isso se analisa o conhecimento sobre ferramentas e conceitos para se lidar com o risco a partir de uma educação formal padrão. No caso da Marielle (Gráfico 8) temos a maior porcentagem de 34,1% de pessoas com o ensino fundamental incompleto e a segunda maior porcentagem de cerca de 29,4% com o ensino médio completo, em comparação com apenas 4,7% com o ensino superior completo, a menor porcentagem.

Gráfico 8 - Relação de Níveis de Escolaridade dos Moradores.



Fonte: A autora, a partir de dados de questionário (2022).

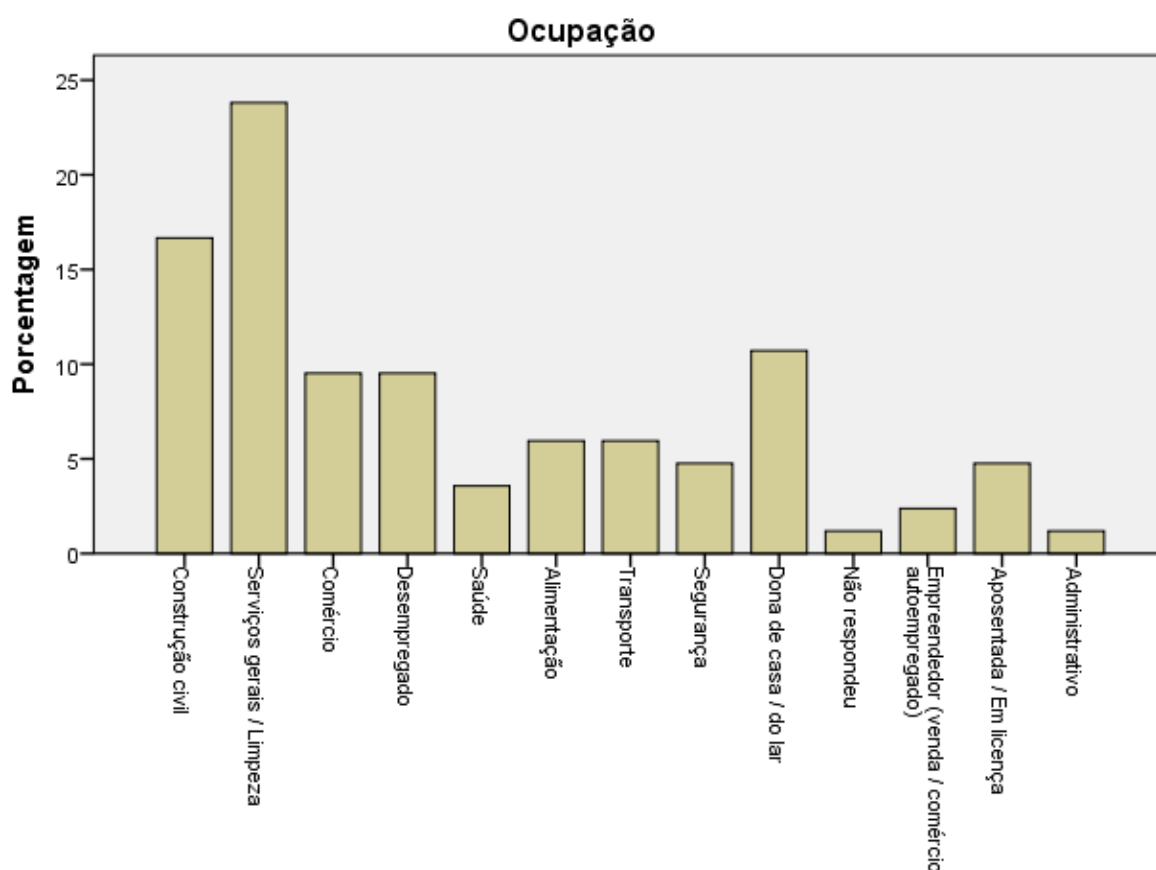
Os percentuais de escolaridade podem ser relacionados com a forma de trabalho e quais *ocupações* exercidas com maior frequência no local. Como forma de trabalho podemos observar que 38,1% dos respondentes disseram estar empregados com carteira assinada, enquanto 21,4 % trabalha como autônomo ou fazendo trabalhos informais sem regularidade (bicos). Sobre os tipos de ocupações (gráfico 9) vemos uma baixa variedade e padrão na ocorrência de trabalhos manuais em primeiro lugar. Há também uma frequência de trabalhos em áreas de vendas, seja como auto empregado (o chamado de empreendedor) ou como vendedor de loja. A partir do que Milton Santos (1991) e seu conceito de *flexibilidade tropical*, observamos a possibilidade de mobilidade ocupacional nas grandes cidades, onde o trabalhador se faz presente onde há demanda, fenômeno também observado na área de estudo, assim muitas vezes nem o tipo de ocupação nem o local de trabalho é fixo.

Sobre os ganhos mensais dos trabalhadores com os trabalhos exercidos, temos uma média de renda mensal de cerca de R\$ 2.565,00 (dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais), onde 26% da população recebe ajuda de transferência de renda governamental, sendo

o principal deles o Auxílio Brasil (programa federal anteriormente conhecido como Bolsa Família).

Considerando uma média de quatro pessoas por casa a renda mensal média per capita seria de R\$ 641,25 (seiscentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos) e sendo Florianópolis uma cidade considerada de alto custo e com aluguéis de alto custo fica compreensível a menção frequente e ter uma casa própria e não pagar aluguel como ponto positivo mais apontado em residir na Marielle Franco pelos moradores. A média salarial para pessoas que moram em ambiente de risco ambiental é relevante por determinar a capacidade financeira de agir frente a desastres ou a possibilidade de produção de ferramentas para prevenção de ocorrências, sendo assim sendo um fator essencial para análise de vulnerabilidade.

Gráfico 9 - Percentual de Ocupações Mencionadas pelos Moradores.



Fonte: A autora, a partir de dados de questionário (2022).

4.3 A Ocupação Marielle Franco num Contexto de Pandemia de Covid-19

Considerando que a aplicação do questionário foi feita após se iniciar a pandemia de Covid-19, o tema foi também incorporado nas perguntas. As questões levantadas estavam pautadas na frequência de infecção da doença por domicílio e de casos graves e internações por indivíduo. Com as respostas obtidas temos então um panorama de 35,3% das habitações que tiveram contaminação pelo vírus, tendo 64,7% de casas que não houve casos. Seguindo, a partir de consideração do respondente houve a contagem de 7,1% enfrentando casos graves e em 3,5% com ocorrência de internação.

Locais que mantêm domicílios mais próximos fisicamente uma da outra e que tem baixa infraestrutura são consideradas como áreas de maior potencial de contaminação em casos de pandemias como a ocorrida. Considerando que muitas das vezes os acometidos pela doença não faziam teste, seja por falta de infraestrutura que possibilitasse isso ou por falta de vontade em fazê-lo, podemos considerar que os números possam ser ainda maiores, mesmo os números coletados sendo já substanciais.

A pandemia foi motivo de preocupação para muitos para além da questão de saúde. Muitas pessoas foram afetadas pela diminuição de renda que veio com aumento de desemprego, e ainda pior para o caso de empregados informais, que é o caso de diversas das pessoas que habitam a Marielle. Porém, o período inspirou também diversas ações de solidariedades, tanto interna quanto externas, que fortaleceram os vínculos entre os moradores e permitiu a sobrevivência de muitos.

5 ANÁLISE DE RACISMO AMBIENTAL NA OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO

5.1 Análise de Perfil Social, Econômico e Ambiental

Com os dados dos questionários podemos prosseguir em uma análise da área para entendermos melhor a proposta desenvolvida no estudo aqui trazido. Em um primeiro instante vemos na maioria das características levantadas padrões claros que nos permitiram com facilidade criar o perfil socioeconômico da Marielle. De certa forma a similaridade entre as pessoas se traduz também na criação de redes interpessoais na forma de sistemas de solidariedade. Nesse ponto e com base no que foi dito por Milton Santos em *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (2002):

Diante das redes técnicas e informacionais, pobre e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos. (SANTOS, 2002, p.326)

Comunicação tal possível graças a afinidade de destino, afinidade econômica ou cultural, onde aqui acrescentamos a afinidade de origem, que também se faz presente na área de estudo.

Recapitulando o já exposto, na Marielle temos então em sua maioria uma população com uma renda mensal baixa, forte frequência de trabalhos informais e esporádicos, assim como pessoas envolvidas em comércio informal, que por si formam um perfil de uma população com instabilidade ocupacional e incerteza financeira. No Brasil, com base em histórico estrutural, o povo negro caracteriza a maior parte das pessoas que vivem com menor renda, e baseando tal fato podemos destacar dados do IBGE de 2021, que levantou o rendimento médio para pretos ou pardos como de R\$ 1.804,00 (mil oitocentos e quatro reais) e para brancos temos uma média de R\$ 3.099,00 (três mil e noventa e nove reais), quase o dobro do primeiro valor. Mesmo sendo possível o caso de uma comunidade de maioria branca ter uma renda média baixa, apesar de não ocorrer com tanta frequência, foi observado como na área de estudo se interpelou as características econômicas baixas com a maior presença da população preta e parda. O contraste no perfil racial, em comparação com o município em geral, dá-se também, pela grande presença de migrantes na região, onde temos uma maioria na ocupação de pessoas de origem do Pará, estado marcado pela presença e

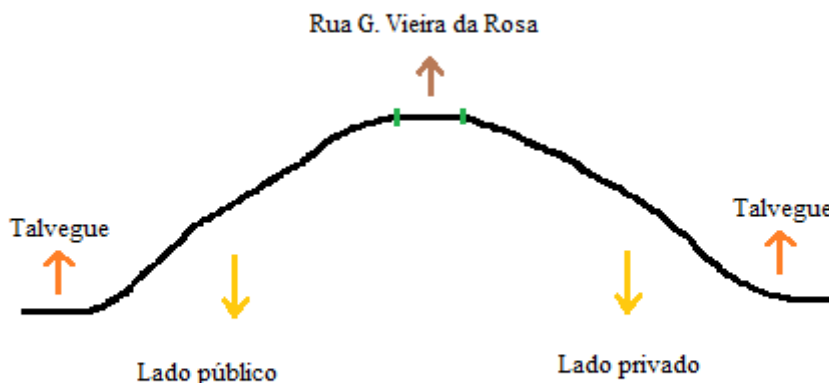
miscigenação de negros e indígenas, e em segundo da Bahia, estado com maior porcentagem negra do país.

A partir destes termos, quando levantamos a análise de poder disponível para a população, temos uma clara disparidade com classes mais altas, tendo em vista a desigualdade aplicada tanto em relação ao perfil econômico quanto a características étnicas. A falta de poder de uma população se traduz então numa baixa capacidade de mudar seus arredores, em termos de infraestrutura comunitária, mas também individualmente em seus domicílios. Apesar disso, se faz importante mencionar os esforços ativos da coordenação da ocupação e demais moradores, que potencializa seu poder maior, a comunicação, para focalizar e tomar ações necessárias para a melhor funcionalidade, o que expressa uma resistência que não só faz a diferença como amplia possibilidades na vida urbana.

Vale lembrar também que em uma observação de risco ambiental as características geográficas e geofísicas da região são importantes, tanto para o estudo aqui desenvolvido como no dia-a-dia dos moradores. Por estar localizada no Maciço Central de Florianópolis, o local é próximo de áreas essenciais da cidade, assim como tem certa mobilidade para se deslocar para outras partes, se desconsiderar a dificuldade de transporte público para sair de lá, o que foi contado como um dos maiores pontos negativos em viver na Marielle. Com isso, o local em que se encontra pode ser outro motivo para se habitar especificamente o local, e também parte do rápido crescimento que o local enfrentou.

Apontados em separado como outros pontos negativos com frequência, as enxurradas e as subidas e descidas dispendiosas podem em conjunto também caracterizar as feições ambientais locais. Sendo uma cidade que anualmente sofre com tempestades de grande potência, locais com maior altitude, como a área em questão, são potencialmente afetadas com enxurradas, por si já desastrosas, e potencialmente por deslizamentos. A área se caracteriza também pela presença de um talvegue, fundo de vale que serve de destino de enxurradas. Na figura 8 vemos um esquema em que se observa de forma aproximada da topografia (características da superfície) da área de estudo feita a partir de observação em campo, e nela é possível ver a declividade de ambos os lados da área. Junto com o problema de enxurradas por chuvas temos o de água servida (esgoto), que baseado na falta de saneamento básico se torna frequente na área de estudo, intensificando desgastes naturais da chuva com descarte frequente de líquidos, assim como caracterizando perigo de saúde.

Figura 8: Esquema topográfico aproximado da Marielle Franco.



Fonte: Confeção da autora a partir de percepção de campo.

A presença de material de esgoto sem a possibilidade de um melhor lugar para ser descartado claramente traz riscos para a vida saudável dos habitantes. Presente como uma das características que pode tornar a habitação em um local tóxico por si só, a partir da inação de figuras de poder, pode-se descrever como injustiça ou racismo ambiental. Outra característica que pode ser acrescentada é a falta ou baixa manutenção de dejetos sólidos de um local, observamos então que a demora ou não retirada devida de lixo doméstico se torna uma face de injustiça ou racismo ambiental, devido a permitir-se a toxicidade de áreas específicas. A baixa manutenção do lixo na Ocupação Marielle Franco foi apontada com frequência como um dos pontos negativos em lá habitar.

Além disso, estão intrinsecamente interligados dados como os de baixa renda e material de construção de moradias, como diz Kowarick “Favelas, casas precárias da periferia e cortiços abrigam a classe trabalhadora, cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários.” (KOWARICK, 1993, p. 44). Tendo em mente que a construção com base em madeira tem um custo consideravelmente menor que um material mais estável de alvenaria é compreensível a escolha. A instabilidade do material, inevitável na maioria dos casos, atrelada à instabilidade da base da habitação por seus arredores de terra batida (figura 9) e das enxurradas recorrentes viabilizam movimentos na estrutura da habitação e, em casos mais graves, deslizamento de encostas. Se faz pertinente recordar que a ocupação se encontra

numa das áreas apontadas como de maior risco de deslizamento do município, o Maciço Central.

Figura 9 - Casas na Área da Ocupação Marielle Franco.



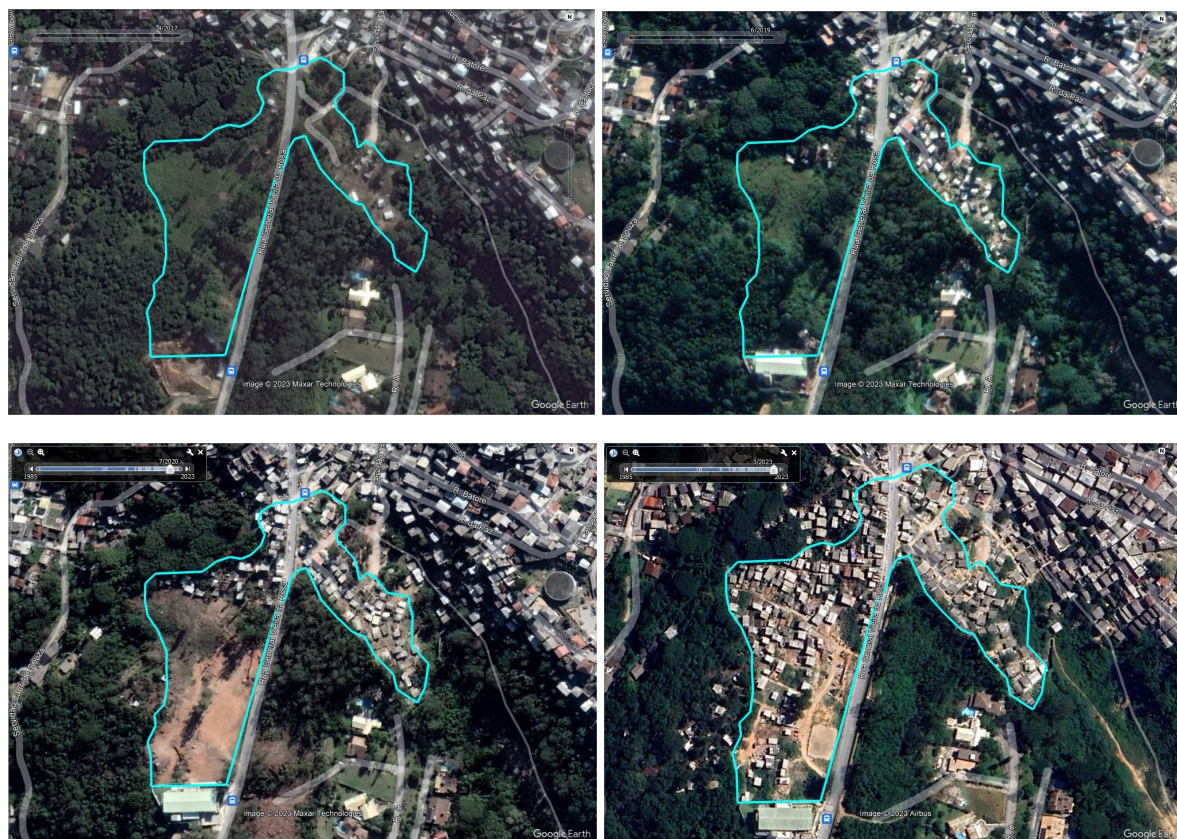
Fonte: Fotografia da autora, 27 de abril de 2022.

5.4 Grau de Institucionalização do Conflito

A habitação na Marielle Franco, por sua vez, é uma com base conflituosa, tanto com tentativas violentas de remoção como em confrontos judiciais para a regularização das terras. No caso das remoções forçadas, durante a pandemia houve política do Despejo Zero. Nela, a Lei de número 14.216/2021, consta que durante um período estipulado referente à pandemia da Covid-19, primeiro até outubro de 2021 e depois até junho de 2022, não seriam permitidas ações de despejos no país. Graças a esse projeto vemos como a permanência nas áreas cresceu, assim como o número de seus habitantes, devido a dificuldades gerais de funcionamento da sociedade, incluindo em empregabilidade, transporte e, claro, em saúde, que impulsionou mais famílias, muitas delas negras, em busca de uma possibilidade de moradia. Tal aumento no volume em relação à Marielle pode ser observada na figura 10,

onde podemos observar a evolução da área no mês de abril de 2017, tempo próximo do início da ocupação, junho de 2019, julho de 2020, ano de início da pesquisa e de em pico da pandemia, e por último em março de 2023.

Figura 10: Evolução da estrutura habitacional na Ocupação Marielle Franco em 2017, 2019, 2020 e 2023.



Fonte: Confecção da autora a partir de dados do *Google Earth*.

A possibilidade de cortar um custo recorrente com aluguéis de alto valor, típico principalmente da porção da ilha de Florianópolis em geral, motiva a ocupação de áreas urbanas como a estudada, porém, mesmo sem gastos do tipo a renda recebida ainda fica longe da ideal na atualidade. Num panorama local vemos então uma população aclimatada a viver em baixas condições de moradia, convivendo com o risco ambiental e a instabilidade financeira, dificultando mudança efetiva sem esforços externos, governamental ou de instituições.

Dentre os pontos positivos em morar na Marielle, houve com frequência a citação de estar morando em uma casa própria. A sensação de não morar numa casa que pertence a outra pessoa a quem você teria que responder, juntamente com a questão do aluguel. Com esse intuito muitos optam pela opção de construir suas próprias casas. Conectando tal fato com os

dados colhidos em questionário recordamos que uma das ocupações mais recorrentes encontradas foi em algum tipo de construção ou reparo, proporção que nesse caso podemos afirmar ter influência diretamente na frequência de casas autoconstruídas encontradas na área.

Kowarick (1993) chega a afirmar também em relação de autoconstrução, principalmente a partir de materiais mais frágeis, que “[...] a construção da casa própria leva a um endividamento que, face à deterioração da já extensa jornada de trabalho” (KOWARICK, 1993, p. 65). Sendo assim, tendo o perfil de estar sempre em construção, as casas ficam ainda mais vulneráveis a ações externas, como é o caso de desastres ambientais.

Assim, com base no exposto por Selene Herculano (2006) sobre racismo ambiental observamos o seguinte: a partir de impactos negativos do crescimento econômico e modernização, houve uma naturalização e aceitação na habitação de pessoas racializadas e pobres em áreas que colocam em risco suas vidas e saúde, assim como houve a naturalização da inação da sociedade e de governantes com relação a esses riscos, trazendo uma desigualdade na valorização de vida atrelada a desigualdade habitacional, sendo assim, caracterizando racismo ambiental, tendo em conta o alto quantitativo de afrodescendentes na área, mesmo estando localizada em uma cidade que tem uma população de maioria branca, e juntamente com o histórico que demonstra o mesmo tipo de tratamento com essa população durante os anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, foi proposto um levantamento da habitação histórica do município de Florianópolis focada na população descendente de povos africanos deslocados até a cidade, observação de onde se localiza em maioria tal população em comparação com locais de maior risco ambiental de deslizamentos e o estudo de caso da ocupação urbana Marielle Franco, fazendo levantamentos sobre suas questões socioeconômicas e ambientais e suas correlações também com o perfil racial da localidade.

Assim foi possível observar como a habitação das pessoas racializadas esteve ligada a morada em locais mais baratos desde o início de sua presença na cidade, com destaque para a ocorrência de deslocamentos forçados do centro no século XIX, que incentivaram habitação em áreas de risco, e observamos como até o momento atual a maioria da população preta e parda ainda se encontra em áreas de riscos, as descartadas pela população privilegiada, e por isso mais barata.

Assim, mesmo sendo uma comunidade relativamente nova, a ocupação aqui estudada se mantém em uma das primeiras áreas habitadas por famílias negras, que é também a área considerada de maior risco de deslizamento de massa do município, o Maciço Central. Na área em questão foi possível a aplicação de questionários, e com eles observamos a realidade da comunidade, que sendo formada por maioria negra é observada como um ótimo exemplo para se estudar o racismo ambiental em Florianópolis, e observar as conexões dos riscos encontrados na área, com o perfil formado. Além disso, foi notado o racismo presente nas estruturas da sociedade estudada, onde podemos esperar que uma população com uma baixa renda e menos posses é em sua maioria negra.

Na pesquisa aqui desenvolvida a principal ferramenta utilizada foi um questionário, aplicado em parceria com o Programa de Educação Tutorial da UDESC (PET Geografia), que teve seu início e sua conclusão adiados por conta da pandemia de Covid-19 que se iniciou no ano de 2020. Apesar dos atrasos, o material se tornou essencial no levantamento de dados sobre a área e durante a sua aplicação possibilitou um conhecimento mais próximo do local e das pessoas que a habitam pela autora. A pandemia, por sua vez, dificultou também coleta de outros tipos de dados, como disponibilizados pelo IBGE com base no recenseamento de 2010, como também adiou a aplicação de novo censo em 2020, cujos dados inicialmente estavam em planos de serem utilizados, e sua realização só se iniciou após 2022.

O estudo em questão se mostra pertinente para a observação de origem de problemas sérios em nossa sociedade, que é a moradia em risco ambiental sem devidas infraestruturas para lidar com as ameaças naturais, o que leva anualmente à mortes no Brasil e no mundo, e como suas bases podem estar ligadas à questões de segregação históricas. A partir de estudos específicos se faz pertinente a ação para mudanças locais e construções remediativas, porém, a importância de mudanças no racismo que estrutura nossa sociedade se faz eminente para um corpo social mais igualitário.

Como direcionamento para pesquisas futuras o aprofundamento sobre a questão da luta da Ocupação Marielle Franco, do que foi possibilitado do seu início até então, se mostra interessante. Como a comunidade é contida em áreas de duas propriedades com características diferentes, uma pública e outra privada, há claramente uma diferença nas questões legais enfrentadas pelos ocupantes.

Ademais, a possibilidade de fazer um estudo sobre a questão da espacialidade da população indígena em Florianópolis é atraente para o intuito de aderir à estudos raciais sobre a cidade, porém, o feito pode ser um desafio, pois onde já observamos certa dificuldade em encontrar fontes históricas sobre a habitação da pessoa negra no local, quando comparamos com os de origem europeia, há a possibilidade de ser ainda mais trabalhoso desenvolver especificamente sobre a população indígena.

Outro ponto que pode ser proposto para futuros estudos é o da questão de percepção de risco dos habitantes, pois, para ações de prevenção de risco é essencial o conhecimento sobre como se percebe o risco para que se forme uma resiliência a ele. Juntamente com esse ponto, estudos sobre resiliência se mostram interessantes, seguindo o tema da pesquisa concluída aqui, principalmente refletindo sobre a possibilidades que possam encaminhar ações para a população local.

REFERÊNCIAS

ABREU, Miriam Santini. **Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (Universidade Federal de Santa Catarina), Florianópolis, SC, 2019.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco.** Curitiba: Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 5, 2002.

ACSELRAD, Henri. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações.** Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, v. 25, 2006.

ACSELRAD Henri; ALMEIDA, Alfredo Wagner de; BERMANN, Celio; BRANDÃO, Carlos Antônio; CARNEIRO, Eder; LEROY, Jean Pierre; LISBOA, Marijane; MEIRELLES, Jeovah; MELLO, Cecília; MILANEZ, Bruno; NOVOA, Luiz FERNANDO; O'DWYER, Eliane Cantarino; RIGOTTO, Raquel; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; VAINER, Carlos e ZHOURI, Andrea. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?** e-cadernos CES [Online], ed. 17 | 2012, posto online no dia 01 setembro 2012, consultado o 10 de outubro de 2021. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1138>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1138>

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** Pólen Produção Editorial LTDA, São Paulo, 2019.

BARRENECHEA, Julieta; GENTILE, Elvira; GONZÁLEZ, Silvia; NATENZON, Claudia. **Una propuesta metodológica para el estudio de la vulnerabilidad social en el marco de la teoría social del riesgo.** Ponencia presenta en IV Jornadas de Sociología, Facultad Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, p. 6-10, 2000.

CANELLA, Francisco. **Trajetórias de vida de migrantes e periferia urbana: reflexões sobre uma ocupação urbana em Florianópolis/SC.** Hábitat y Sociedad (ISSN 2173-125X), n.º 15, noviembre de 2022, Universidad de Sevilla, pp. 89-108.

<https://doi.org/10.12795/HabitatySociedad.2022.i15.0>. Disponível em:
<https://revistascientificas.us.es/index.php/HyS/issue/view/1117/633>

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco - **Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888**. PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. UniCEUB,FACJS, Vol.2,N.1/07, 2007.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. NEAB-Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Casa Aberta Editora. Itajaí, 2008.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCKE, Karla Leandro. **Cidadania e expectativas no bairro da Figueira: o surgimento do Figueirense Foot-Ball Club (Florianópolis/SC, 1921-1951)**. Vozes, Pretérito & Devir, Ano VI, Vol. V, Nº I (2016) Dossiê Temático: História dos esporte. Teresina, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CUNHA JUNIOR, Henrique; DE SOUZA, Márcia Aparecida. **Bairros Negros de Natividade/RJ - Modelo de expansão urbana das populações negras no pós-abolição**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 34, p. 209-237, nov. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1137>>. Acesso em: 29 set. 2021.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2015.

FURTADO, Fátima; PRIORI JR, Luiz; ALCÂNTARA, Edinéa. **Mudanças Climáticas e Resiliência de Cidades**. Pickimagem, Recife, 2015.

GARCÍA-ACOSTA, Virginia. **El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos**. Desacatos, n. 19, p. 11-24, 2005.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. Lutas Sociais, n.29, p.73-89, jul./dez. São Paulo, 2012.

KAZTMAN, Rubén. **Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos**. Revista de la CEPAL N° 75, Santiago, 2001.

HERCULANO, Selene. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, v. 20, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LÁO-MONTES, Agustín. **Hacia una Analítica de Formaciones Étnico-Raciales, Racismos y Política Racial**. In Contrapunteos diaspóricos, cartografías políticas de nuestra Afroamérica. U. Externado de Colombia, 2020.

MAIA, Cauane Gabriel Azevedo. **Vozes Negras em Florianópolis: Escrevivências antropológicas do Morro das Mulheres**. Appris Editora, Curitiba, 2020.

MALAVOTA, Claudia Mortari. **A Irmandade do Rosário e seus Irmãos africanos, crioulos e pardos**. in: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, Brazil: Editora UFSC, 2013.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, Brazil: Editora UFSC, 2013.

MARIA, Maria das Graças . **Memória subterrânea: construção das representações de identidade do negro em Florianópolis**. Esboços: histórias em contextos globais 2.2, p. 58-69. Florianópolis, 1995.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Riscos e Vulnerabilidades Socioambientais Urbanos: A contingência climática**. Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 153 a 163, jan. 2011. ISSN 1984-2201.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Mazza Edições: Belo Horizonte, 2007.

NASCIMENTO, Glaucia Pereira de. **A Racialização do Espaço Urbano da Cidade de Curitiba- PR**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 25, e24, p. 1-32, 2021. DOI 10.5902/2236499446911. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499446911>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. **Territórios negros em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2018

POPINIGIS, Fabiane. **Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro**. in: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Brazil: Editora UFSC, 2013

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur: Buenos Aires, 2005. p.118-142

RASCKE, Karla Leandro. **“Territórios Negros” em Florianópolis na primeira metade do século XX**. Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, UFSC. Florianópolis, 2014.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação**. Estudos Avançados 31 (89), São Paulo, 2017.

RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves ; RIANI, Juliana de Lucena Ruas . **Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana**. Diversidade, espaço e relações

étnico-raciais - o negro na geografia do Brasil. 1ªed.Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v. , p. 91-112.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Hucitec: São Paulo, 1979.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem** (1ª ed. 1982). 3ªed. Hucitec: São Paulo, 1991.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp: São Paulo 2002.

SIEBERT, Claudia. **Resiliência Urbana: Planejando as Cidades para Conviver com Fenômenos Climáticos Extremos**. VI Encontro Nacional da Anppas/, Belém, 2012.

SILVA, Áurea Demaria. **No Balanço da “Mais Querida”: Música, socialização e cultura negra na escola de samba Embaixada Copa Lord - Florianópolis (SC)**. Dissertação (Mestrado em Música) Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

Silva, Marcelo da. **UÉ GAÚCHO, EM FLORIPA TEM SAMBA?** [dissertação] : Uma antropologia do samba e do choro na Grande Florianópolis ontem e hoje / Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Florianópolis, SC, 2012.

SILVA, Jaime José da. **Danças, tambores e festejos: Aspectos da cultura popular negra em Florianópolis no final do século XIX ao século XX**. Revista Santa Catarina em História - UFSC (p. 37-45). Florianópolis, 2007.

TEIXEIRA, Luana. **Associativismo negro em Florianópolis na década de 1920**. MÉTIS: história & cultura – v. 19, n. 37, p. 164-190. Caxias do Sul, 2020.

TOMINAGA, Lília Keiko; SANTORO, Jair; DO AMARAL, Rosangela **Desastres Naturais: Conhecer para prevenir**. Instituto Geológico: São Paulo, 2009

TRAMONTE, Cristiana. **A pedagogia das escolas de samba de Florianópolis: a construção da hegemonia cultural através da organização do carnaval**. 1995. xi, 301 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Curso de Mestrado em Educação, Florianópolis, 1995.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel; BALIBAR, Etienne. **Raza, Nación y Clase**. Indra Comunicación: Santander, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário de Pesquisa Sócio Demográfica das Ocupações da Grande Florianópolis.

Pesquisa Sociodemográfica das Ocupações da Grande Florianópolis

Ocupação Marielle Franco

Entrevistado/a por: _____

Data: _____

1 – MORADIA

1.1 Localização: _____

1.2 Situação da moradia: () Concluída e ocupada; () Construída porém desocupada; () Em construção e ocupada; () Em construção porém desocupada; () Vazia

1.3 Quantidade de moradores: _____

1.4 – INFRAESTRUTURA DA CASA

1.4.1 – Tem acesso à água? () Sim ou () Não

1.4.2 – Tem acesso à energia elétrica? () Sim ou () Não

1.4.3 – Faz tratamento do esgoto? () Sim ou () Não

Se sim, qual? _____

1.4.4 – Faz a separação do lixo orgânico e resíduos sólidos

(recicláveis)? () Sim ou () Não 1.4.5 - Onde você descarta seu lixo?

*Você faria uma oficina de educação ambiental com um mutirão de recolhimento de resíduos sólidos? () Sim ou () Não

2 – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL:

2.1 Nome: _____ 2.2

Sexo: _____ 2.3

Naturalidade: _____ 2.4

Estado: _____ 2.5 Idade: _____

2.6 Ocupação: _____

2.7 Local de emissão do título de eleitor: _____ 2.8

Estado: _____ 2.9 Condição civil:

() Solteiro () Viúvo () Separado () Divorciado () Casado ()

União civil estável 2.10 Raça/Cor – Você se considera:

() Branca () Preta () Amarela () Parda () Indígena () Não sabe

2.11 Religião:

() Católica Apostólica Romana () Católica Apostólica Brasileira ()

Católica Ortodoxa () Evangélica de Missão () Evangélica de origem

Pentecostal () Adventista () Espírita () Testemunha de Jeová ()

Umbanda () Candomblé () Judaísmo () Sem religião () Ateu () Outra

2.12 Você é praticante desta religião? () Sim () Não

3 – IDENTIFICAÇÃO DOS PAIS DO RESPONSÁVEL:

3.1 Onde nasceu teu pai? _____ 3.2 ()

Urbano ou () Rural 3.3 Qual era a profissão do teu pai? _____

3.4 Ano de Nascimento pai: _____ 3.5 Onde nasceu sua

mãe? _____ 3.6 () Urbano ou () Rural

3.7 Qual era a profissão da sua mãe? _____ 3.8 Ano de

Nascimento mãe: _____

4 – TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS

4.1 Municípios de residência

Município em que viveu	Ocupações exercidas	Motivo pelo qual deixou o município
1		
2		
3		
4		
5		
6		

4.2 Quais membros da família vieram contigo para a Grande Florianópolis? _____

_____ 4.3 Com quem se estabeleceu ao vir morar na Grande Florianópolis? _____ 4.4. Onde você morava há cinco anos (em 2017) (município e bairro)? _____

5 – MOBILIDADE DA RESIDÊNCIA NA GRANDE FLORIANÓPOLIS:

5.1 Locais de residência:

Locais – Bairros
1
2

3
4 5
6

5.2. Por que você decidiu morar na Marielle Franco?

5.3. Como conheceu esta ocupação?

6 – ESCOLARIDADE:

6.1: Até que série você estudou? _____

6.2: Possui algum curso de nível técnico? () Sim () Não

Se sim, qual? _____

7 – TRABALHO E OCUPAÇÕES:

7.1. Possui carteira de trabalho? () Sim () Não

7.2 Você trabalha atualmente? () Sim () Não

- Para respostas “SIM”

7.3 Qual seu trabalho principal? _____

7.4. Atualmente você trabalha

() como empregado com carteira assinada () como empregado sem carteira assinada

() como autônomo () fazendo bico/free lancer () como

trabalhador de cooperativa 7.5 Em qual bairro e cidade você trabalha? _____

7.6 Quanto tempo em média você leva de casa até o trabalho diariamente?

() Até cinco minutos; () Seis a trinta minutos; () De meia hora a uma hora;

() De uma hora até duas horas; () Mais de duas horas.

7.7 Além deste trabalho principal, você complementa sua renda com outra ocupação? () Sim () Não

7.8 Se sim, qual? _____

7.9 Qual sua renda obtida por meio destes trabalhos?

7.10 Além desta renda do trabalho, possui outra forma de renda como:

() Mesada () Pensão () Aluguel () Herança () Outro, qual?

7.11 Recebes ajuda de algum programa de transferência de renda do governo? () Sim () Não

7.11.1 Se sim, qual? _____

- Para respostas “NÃO” à pergunta 7.1

7.12 Qual sua condição?

() desempregado () desempregado à procura de emprego () temporariamente afastado () aposentado por invalidez () aposentado por idade/tempo de serviço () do lar.

8 – Participação política e associativismo civil

8.1 Participa de algum sindicato ou movimento social? () Sim () Não

8.1.1 Se sim, qual? _____

8.2 Possui alguma atividade associativa ou recreativa como as abaixo:

() Conselho de pais e mestres () Escola de Samba () Clube de futebol ()

Torcida organizada () Atividades vinculadas a alguma igreja/religião ()

Associação de classe () Clube social () Nenhuma

() Outra, qual? _____

8.3. É filiado ou participa de algum partido político? Sim () Não ()

8.4. Se sim, qual partido? _____

9. Você tem filhos? () Sim () Não

9.1 Para quem tem filhos. Quantos? _____

9.2 Que idade eles têm? _____

9.3 Contribuem com a renda familiar? () Sim () Não

9.3.1 Em caso de contribuírem, quanto?

10. Cite dois pontos positivos de viver na ocupação, descreva.

11. Cite dois pontos negativos de viver na ocupação, descreva.

12 - Saúde

12. Durante a pandemia vocês tiveram dificuldades de saúde? () sim () não

12.1 Se sim, () crônicos ou () eventuais? Descreva _____

12.2 Estes problemas foram ligados à covid-19? () sim () não

12.3. Alguém teve covid-19 na sua casa? () sim () não

12.3.1. Se sim, quantos tiveram? _____

12.4. Algum caso grave? () sim () não

12.4.1 Se sim, quantos? _____

12.5 Algum caso de internação? () sim () não

12.5.1 Se sim, quantos? _____

12.6. Óbitos? () sim () não

12.6.1 Se sim, quantos? _____

12.7. Alguém teve sequelas? () sim () não

12.7.1 Se sim, quais? _____

12.8. Qual equipamento de saúde mais utilizam? () Hospital () Posto de Saúde () UPA () Outro, qual? _____

ANÁLISE DO TERRENO

Material da casa	
Padrão Construtivo	
<u>Em cima do que a casa é construída</u> -Aterro Lançado -Alicerce	
<u>Construções ao redor da casa</u> -Se a casa fica ao lado de um talude -Distância da casa ao barranco -Presença de parede rochosas por volta da casa -Despejo de material, como lixo	

ÁGUA

De onde vem a água da casa
<u>Lançamento em superfície</u> encanamentos que jogam a água por volta da moradia
<u>Situação que fica quando chove</u> -Se observa alguma enxurrada nas laterais -Se existe uma tentativa de drenagem superficial -Lançamento da água/ esgoto

VEGETAÇÃO

<p><u>Vegetação</u></p> <p>-Olhar se tem a presença de árvores, arbustos, ao redor da moradia</p> <p>-Se ainda possui vegetação original na ocupação</p> <p><u>Solo</u> - Observar a situação do solo ao redor da moradia, se o solo está exposto, encoberto, se é barro.</p>

MOVIMENTAÇÃO

<p><u>Trincas</u></p> <p>-Observar/Perguntar se existe as trincas na moradia</p> <p>-Observar se tem trincas no terreno</p>	
<p><u>Movimentação</u></p> <p>-Observar sobre o degrau de abatimento, inclinação de muros/paredes</p> <p>-Perguntar se já ocorreu algum deslizamento.</p>	

13. Em relação à sua moradia e seus hábitos:

13.1) O que sua moradia representa para você? Tente colocar numa palavra ou em poucas palavras.

13.2) Descreva qual a importância de ter essa moradia?

13.3) Em relação à sua felicidade e bem estar, o que essa moradia representa para você?

13.4) Vocês têm roupas e cobertas para o frio do inverno?

☐ sim ☐ não

13.5) Vocês têm acesso a internet?

☐ sim ☐ não

Se sim, como? ☐ celular ☐ computador ☐ outros

13.6) Quais as condições da sua moradia? (pode marcar várias alternativas)

☐ Tem goteiras ☐ Tem rachaduras nas paredes ☐ Tem rachaduras no assoalho

☐ Tem instabilidade das fundações

13.7) Como você considera sua moradia e o lugar onde você vive... (pode marcar várias) ☐ um lugar bom para morar e viver ☐ um péssimo lugar para morar e viver

☐ um lugar bonito ☐ um lugar feio

☐ segura do ponto de vista da segurança ☐ insegura do ponto de vista da segurança ☐ um lugar definitivo para viver ☐ um lugar provisório, de passagem

☐ segura do ponto de vista da estrutura ☐ insegura do ponto de vista da estrutura ☐ um lugar instável com muitas mudanças ☐ um lugar estável

☐ um lugar prático, perto de tudo ☐ um lugar distante de tudo

☐ um lugar onde você é feliz ☐ um lugar onde você é infeliz

☐ segura do ponto de vista legal ☐ insegura do ponto de vista legal

☐ Um lugar para criar raízes ☐ um lugar de passagem

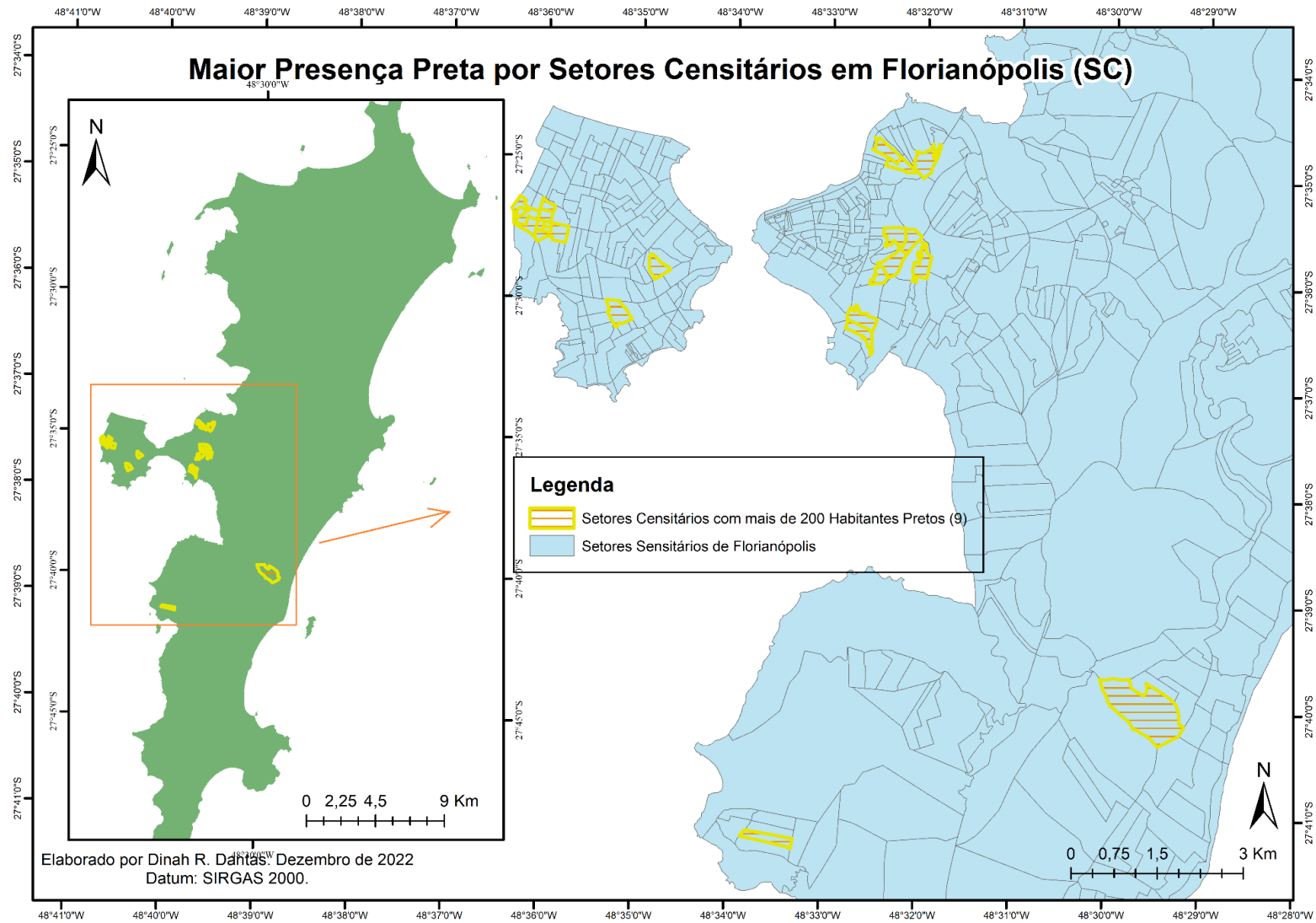
☐ onde a vizinhança é bem legal ☐ um lugar onde você não gosta da vizinhança

☐ um lugar com problemas a resolver - neste caso quais?

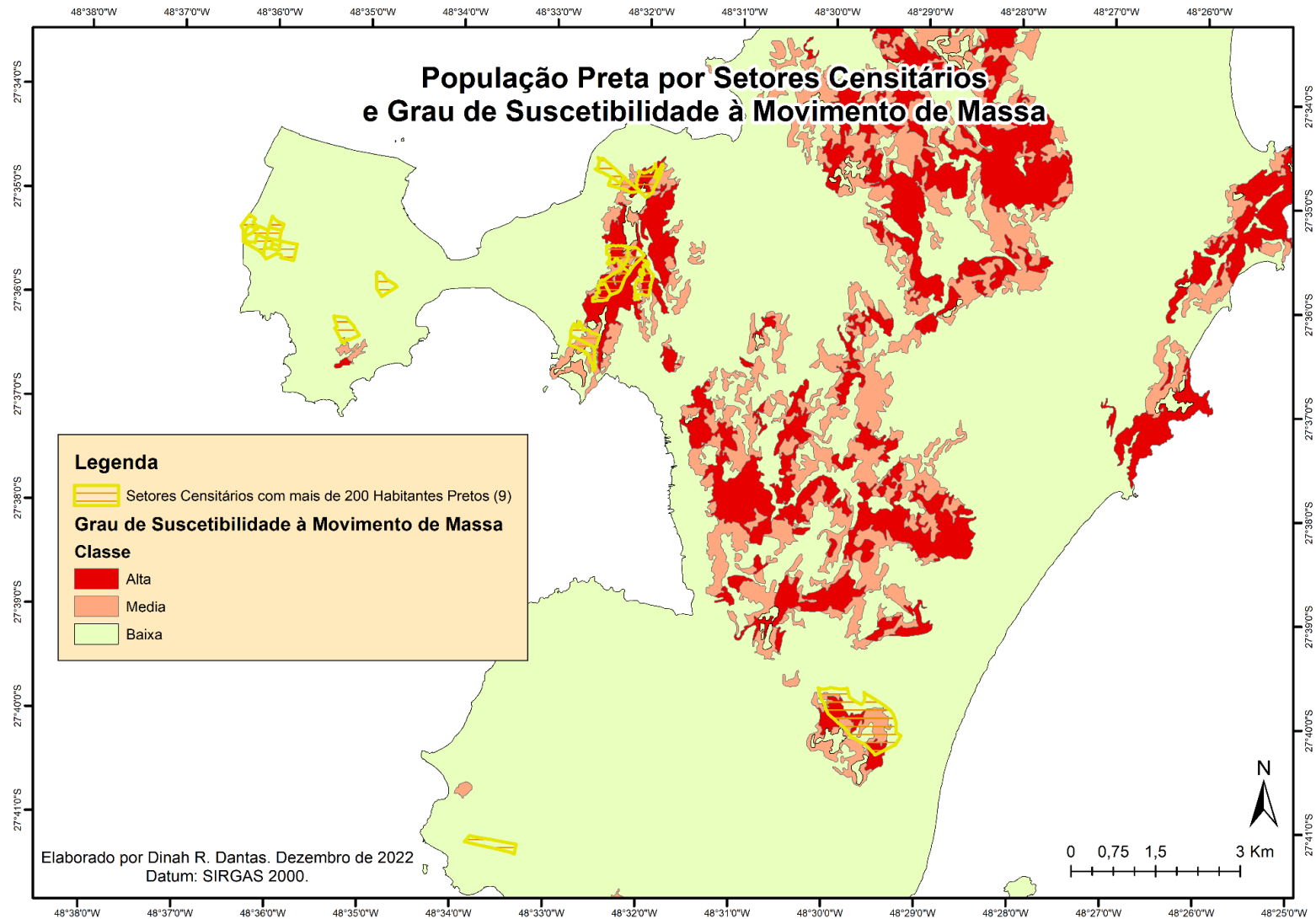
13.8) Na sua opinião, qual a moradia ideal para você?

13.9) Qual a morada dos seus sonhos? Descreva.

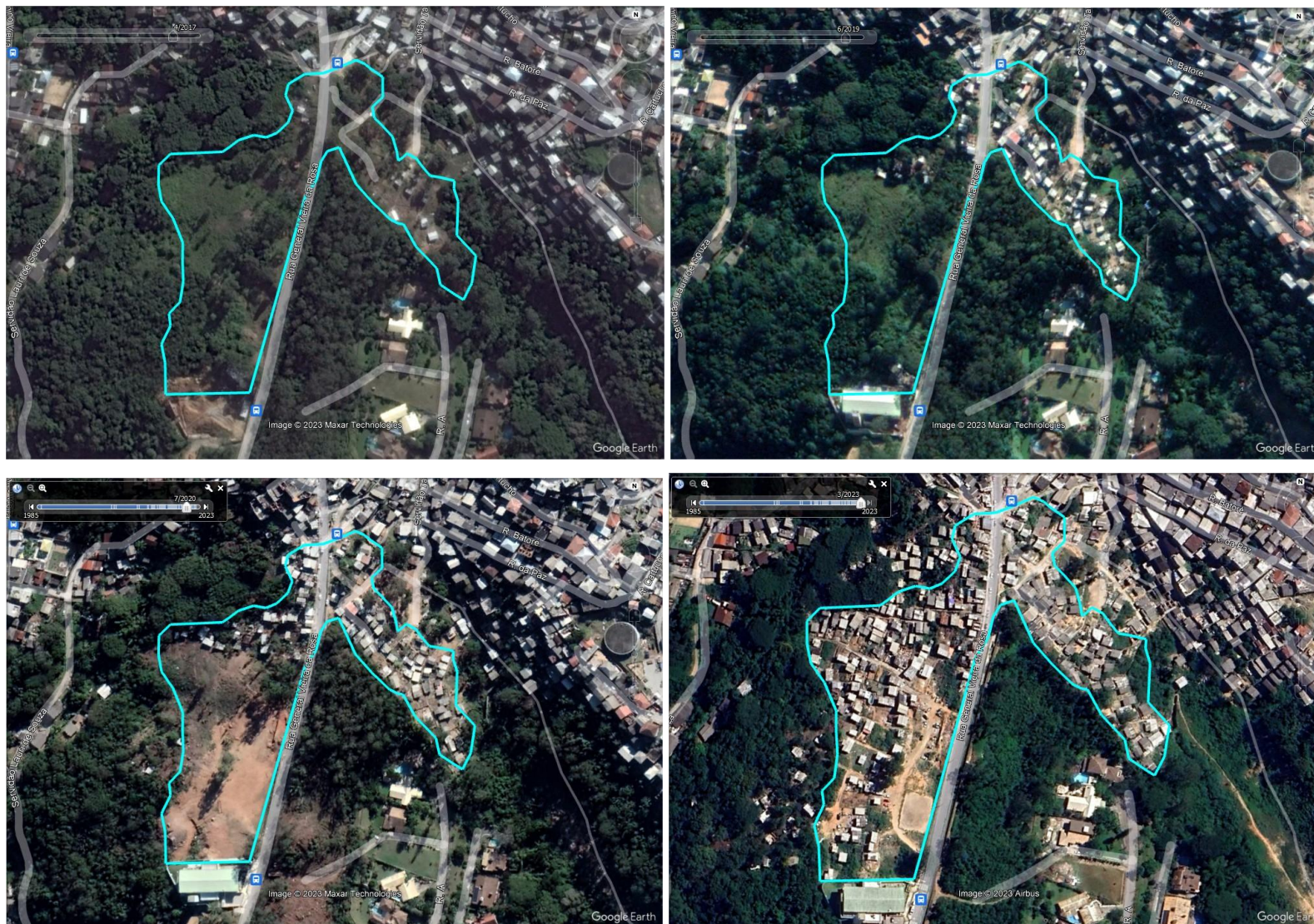
APÊNDICE B - Mapa com a Maior Presença Preta por Setores Censitários em Florianópolis (SC).



APÊNDICE C - Mapa com a Maior Presença Preta por Setores Censitários em Florianópolis (SC).



APÊNDICE D - Evolução da estrutura habitacional na Ocupação Marielle Franco em 2017, 2019, 2020 e 2023.



Fonte: Confeção da autora a partir de dados do Google Earth.